

**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social - SER**

# **A Centralidade da Família para o Serviço Social.**

**Delma Pereira Borges.**

**Brasília, 2008.**

**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social - SER**

## **A Centralidade da Família para o Serviço Social.**

**Trabalho de Conclusão de Curso. Exigência  
acadêmica como requisito do Departamento  
de Serviço Social para a obtenção do grau  
de Assistente Social.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Marlene Rodrigues Teixeira.**

**Delma Pereira Borges.**

**Brasília, 2008.**

## **Agradecimentos**

**À Profª Drª Marlene Rodrigues Teixeira pela orientação e principalmente pela paciência nesse processo.**  
**À Profª Drª Rosa Helena Stein e à assistente social Patrícia Maia meus sinceros agradecimentos pela gentileza em participar da banca examinadora e pelas observações feitas ao trabalho.**  
**As minhas amigas Mariana Queiroga, Márcia Vianna, Kelly Tavares e Nídia Gizelli pelo companheirismo e amizade.**  
**Ao meu grande amigo Ricardo Soares, que pela dedicação e amizade dos últimos anos foi promovido a irmão.**  
**A José Vicente pelo carinho, amizade e amor compartilhado nos últimos anos.**  
**Sem o qual não teria conseguido chegar até aqui.**

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>05</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>06</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>07</b>
<b>CAPÍTULO I – FAMÍLIA: UMA REFLEXÃO SOB A ÓTICA DE GÊNERO...12</b>	
1.1 - Família: ou famílias? .....	12
1.2 - A família brasileira: numa perspectiva histórica e de gênero.....	19
<b>CAPÍTULO II – POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA NO BRASIL.....23</b>	
2.1 – Políticas Sociais e desigualdades de gênero.....	23
2.2 – A Família e Proteção Social.....	25
2.2.1 – Política de Assistência Social.....	31
<b>CAPÍTULO III – A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A FAMÍLIA.....35</b>	
3.1 - A Centralidade da Família para o Serviço Social: retrospectiva histórica.....	35
3.2 - A Família na produção do Serviço Social pós Movimento de Reconceituação.....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>56</b>

## RESUMO.

Considerando que, ao longo de sua trajetória, o Serviço Social tem a família como objeto de intervenção e que a mesma está presente em quase a totalidade das ações realizadas pelas assistentes sociais<sup>1</sup>, me propus a verificar a centralidade da família para Serviço Social. O trabalho foi organizado de forma a apresentar primeiro algumas concepções sobre a família e as transformações pelas quais vem passando, destacando a importância das questões de gênero nas mudanças de valores e comportamentos em seu interior. Em seguida é abordada a relação entre o Estado e a família na formação do sistema de proteção social brasileiro, o porquê da família ter se tornado o foco central das políticas sociais. Por fim, apresentei qual a atenção dada à família pelo Serviço Social ao longo da profissão até o debate atual trazido por Regina Célia Tamasso Mioto, uma das principais estudiosas contemporânea sobre o tema. Ela afirma que o trabalho do Serviço Social com famílias não condiz com o atual debate teórico da profissão, pois ainda tem suas ações calcadas na perspectiva da funcionalidade e relacionadas aos processos de integração e controle social. Entendendo que as publicações são um ponto de referência profissional, que sinalizam para as questões que estão sendo discutidas na profissão, ou seja, são um meio de circulação da informação e do conhecimento, que possibilitam uma maior qualificação para as assistentes sociais. A partir desse entendimento, me propus a realizar uma análise das produções bibliográficas sobre família, produzidas por assistentes sociais. O objetivo foi verificar se o conservadorismo nas intervenções com as famílias, observado por Mioto, se deve a pouca produção bibliográfica. A conclusão que cheguei foi que esse é sim um fator que colabora para a afirmação da autora. Visto que, a relevância da família para a profissão não é expressa nas publicações, ou seja, as assistentes sociais escrevem muito pouco sobre ela.

---

1 Conforme afirma Yara Maria Frizzera Santos em “Mulher e assistência: as afinidades eletivas” (2005) mais de 97% dos profissionais de Serviço Social são mulheres. Assim, ao longo do trabalho será adotada a denominação “as assistentes sociais”.

## **LISTA DE SIGLAS.**

<b>BPC</b>	<b>Benefício de Prestação Continuada</b>
<b>CEDAW</b>	<b>Convenção para Eliminação de Todas as formas de Discriminação Contra as Mulheres</b>
<b>CRAS</b>	<b>Centro de Referência da Assistência Social</b>
<b>CREAS</b>	<b>Centro de Referência Especializado de Assistência Social</b>
<b>ECA</b>	<b>Estatuto da Criança e do Adolescente</b>
<b>IBGE</b>	<b>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</b>
<b>IPEA</b>	<b>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</b>
<b>LOAS</b>	<b>Lei Orgânica da Assistência Social</b>
<b>MDS</b>	<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>
<b>NOB</b>	<b>Norma Operacional Básica</b>
<b>ONU</b>	<b>Organização das Nações Unidas</b>
<b>PAIF</b>	<b>Programa de Atenção Integral à Família</b>
<b>PBF</b>	<b>Programa Bolsa Família</b>
<b>PNAS</b>	<b>Política Nacional de Assistência Social</b>
<b>PPA</b>	<b>Plano Plurianual</b>
<b>PSF</b>	<b>Programa Saúde da Família</b>
<b>SUAS</b>	<b>Sistema Único de Assistência Social</b>

## INTRODUÇÃO.

A importância social da família se faz presente nos processos de intervenção do Serviço Social, desde a origem da profissão. Na perspectiva inicial prevalecia um viés doutrinário e moralizador, orientado pelo pensamento conservador, que objetivava a prevenção dos problemas sociais e a adaptação social. Atualmente, espera-se que essa intervenção passe a ser orientada a partir de uma perspectiva transformadora e crítica, aliada ao compromisso com a construção de uma nova sociedade.

Nos últimos anos, de acordo com Iamamoto (2000), ocorreram mudanças na formação profissional do Serviço Social, tais como: a ampliação e o acesso ao ensino pós-graduado, o crescimento quantitativo e qualitativo da pesquisa e da produção científica. Mas, observando a produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro percebe-se que ela se concentra nas áreas da política social, dos direitos sociais, dos movimentos sociais, do processo de trabalho e em questões ético-políticas da profissão. E, outros temas como família são pouco abordados.

Com a centralidade dada à família na Política Nacional de Assistência Social era de se esperar que houvesse um aumento nas publicações do Serviço Social acerca do tema. Assim, a proposta foi realizar uma pesquisa quantitativa com o objetivo de verificar a produção bibliográfica do Serviço Social sobre família. E, entendendo como afirma Minayo (1996, p.28) que “o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo” por abranger “o universo de significações, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores”, o objetivo foi além de quantificá-las identificar as principais categorias discutidas.

Indiscutivelmente o trabalho com família é parte do cotidiano das assistentes sociais na quase totalidade de suas áreas de intervenção. Porém, de acordo com Mioto (2004) apesar da longa tradição no trato com famílias a ação das assistentes sociais continua sendo considerada muito aquém das exigências que lhes estão sendo colocadas. Para a autora houve grandes conquistas na profissão como o aprofundamento da discussão teórico-metodológica e ético-política ocorrida no Serviço Social nas últimas décadas, mas no que se refere ao atendimento à família não houve grandes avanços. E a consequência é a permanência de ações movidas por lógicas muito mais arcaicas e enraizadas culturalmente, tanto no seu universo afetivo como institucional, do que pela lógica da racionalidade dada pelo arcabouço teórico-metodológico da profissão pós-reconceituação.

Entendendo, como afirma Iamamoto, que “o assistente social é um profissional executor terminal de políticas sociais, que atua na relação direta com a população usuária” (1998, p.20), é ele quem está na linha de frente na execução das políticas sociais que atingem diretamente a família. A discussão acerca da centralidade da família para o Serviço Social, atualmente, torna-se ainda mais relevante diante da importância atribuída a ela pela política social contemporânea, dentre as quais se destaca a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.

No caso da PNAS, as propostas de atuação exigem da assistente social uma combinação de saberes e práticas que lhe permita compreender a família para além das necessidades materiais e que inclua demandas referentes a suas atuais configurações, as questões de raça/etnia, às relações intergeracionais e de gênero.

Neste trabalho, optei por focar a família a partir da perspectiva de gênero por entender que a família se configura como o espaço onde se inicia os primeiros aprendizados sobre gênero, podendo também constituir-se num campo de atuação no combate às visões e aos aprendizados, culturalmente transmitidos, acerca das desigualdades nas relações de gênero (Di Marco, 2005). Além disso, os acordos e protocolos internacionais firmados pelo Brasil, colocam o desafio da incorporação dessa categoria pelas políticas públicas e também pelo Serviço Social.

A hipótese que direcionou este estudo foi que a persistência de perspectivas conservadoras nas intervenções com as famílias, observada contemporaneamente, é produto e reflexo dos poucos estudos e produções teóricas, desenvolvidos por assistentes sociais, que contemplem a intervenção do serviço social junto à família.

Com essa perspectiva buscou-se neste trabalho, inicialmente, problematizar o conceito de família e as transformações experimentadas por ela nas últimas décadas, a partir do enfoque de gênero. No segundo momento, realizou-se uma análise do lugar da família na política social brasileira. Com vistas a identificar as abordagens sobre família, presentes ao longo da história da profissão, empreendeu-se o estudo de autoras de referência do Serviço Social, para então focalizar a produção bibliográfica recente de assistentes sociais sobre família, mediante o exame de livros publicados pela Editora Cortez, principal canal de difusão da produção bibliográfica do Serviço Social nacional.

O procedimento metodológico adotado foi uma pesquisa bibliográfica junto às publicações relacionadas à intervenção com famílias no Serviço Social, desde autoras clássicas do Brasil e do exterior, como Balbina Ottoni Vieira e Mary Richmond, à



contemporâneas como Marilda Vilella Iamamoto e Regina Célia Tamaso Mito. A pesquisa bibliográfica abarcou também as legislações sobre política social e artigos que abordam a discussão de gênero, com o objetivo de subsidiar a reflexão sobre família e Serviço Social.

Optou-se por concentrar a análise da produção recente da área via livros publicados pela Editora Cortez, por ser ela a referência principal do Serviço Social, em termos do mercado editorial brasileiro<sup>2</sup>. Cabe destacar que diante da impossibilidade de verificar o conteúdo de todos os livros já publicados pela editora foi feito um recorte, a partir do qual, só foram considerados os livros cujos títulos traziam explicitamente referência à família.

O resultado mostrou que entre os 176 livros, publicados no período de 1980 até 2007<sup>3</sup>, somente 09 trazem referência direta à família no título, o que equivale a 5,11%. Importante ressaltar que desses livros, 02 foram escritos por antropólogas<sup>4</sup>, 04 são coletâneas de artigos escritos por assistentes sociais em parceria com profissionais de diferentes áreas, e somente 03, são de autoria unicamente de assistentes sociais.

A análise desse material além de permitir quantificar a produção, possibilitou identificar as principais perspectivas que orientam as discussões e correlacioná-las com o cenário mais geral da profissão e da sociedade.

A apresentação do estudo foi organizada em três capítulos. No primeiro apresentamos a discussão sobre o conceito de família, tendo como pano de fundo o enfoque de gênero com ênfase no caráter histórico e social do fenômeno. A seguir, trazemos uma análise da família brasileira, pontuando especialmente como as relações de gênero interferiram na sua organização.

O segundo capítulo tem o objetivo de verificar como se estabeleceu a relação entre o Estado e a família na formação do sistema de proteção social brasileiro. Inicialmente, considerei importante abordar alguns conceitos sobre a categoria gênero e explicar o porquê de incluirmos essa discussão num estudo sobre a família. Teci também algumas considerações sobre a diferença entre políticas públicas para mulheres e políticas públicas de gênero e sua implicação para a família. Uma vez que,

---

<sup>2</sup> A pesquisa foi realizada no sítio da editora onde está disponível o catálogo com o título de todas as obras publicadas

<sup>3</sup> A pesquisa foi realizada no mês 10/2007

<sup>4</sup> Como; “Família como um estudo sobre a moral dos pobres”, de Cinthia Sarti. “Família e Política de Renda Mínima”, de Ana Maria Medeiros da Fonseca – ambas antropólogas.

as políticas sociais brasileiras, direcionadas à família, colocam a mulher como agente principal e co-responsável para o seu bom desenvolvimento.

No item seguinte, proteção social e família, dei destaque à Política Nacional de Assistência Social por ser uma das principais políticas destinadas ao atendimento da família e pelas inovações trazidas por ela, como as novas propostas metodológicas que buscam romper com o tradicional atendimento individual para um coletivo, que contemple toda a família. Considerei importante incluir alguns pontos sobre os programas de transferência de renda, por serem atualmente a principal estratégia, utilizada pelo Estado, para o combate à pobreza.

O terceiro capítulo teve a finalidade de apresentar as concepções e as sugestões de intervenção do Serviço Social com famílias, desde o início da profissão. Recorri às autoras Mary Richmond, Balbina Ottoni Vieira e Marilda Vilella Iamamoto. Examinei também as propostas formuladas por Regina Célia Tamasso Miotto, uma das principais autoras contemporâneas do Serviço Social no trabalho com famílias.

Primeiramente, fiz uma revisão sobre o debate da família no Serviço Social, a partir das publicações de autoras da área. Procurei realçar o que hoje tem sido colocado em pauta no discurso sobre a família no Serviço Social e o que tem sido proposto pelas assistentes sociais como contribuição para essa discussão. Identifiquei também como se deu a incorporação da discussão de gênero pelo Serviço Social e porque esse é um debate importante para a profissão.

Por último, nos dediquei à apresentação da análise das obras identificadas na pesquisa bibliográfica. Procurei expor, além dos dados quantitativos, também uma pequena síntese das principais categorias abordadas nos livros correlacionando-as com o contexto, profissional e social, em que foram escritas.

Nas considerações finais recuperei as indicações centrais do trabalho e o resultados da análise efetuada. Que foi a constatação de que a publicação do Serviço Social sobre família é muito pequena.

Na análise dos livros constatei que a discussão sobre família se concentra principalmente sobre dois pontos: primeiro é a relação entre família e política social e o papel que ela pode exercer na melhoria das condições de bem-estar dos seus membros, potencializando os efeitos dessas políticas. O segundo, a importância da família para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente aos que se referem a segurança da convivência familiar e comunitária.

Outro aspecto de grande relevância é a ausência de discussão sobre a prática ou intervenção profissional das assistentes sociais com família, nas publicações analisadas. Aliada ao volume da produção bibliográfica é possível identificar um cenário pouco favorável à formulação de novas concepções e perspectivas de intervenção com família, o que obstaculiza uma ação congruente com os pressupostos e diretrizes gestadas pelo Serviço Social crítico na contemporaneidade.

## **CAPÍTULO I – Família: uma reflexão sob a ótica de gênero.**

O objetivo deste capítulo é apresentar o conceito de família e as discussões sobre as transformações dos modelos familiares. Quais os fatores que contribuíram para a formação das atuais configurações e arranjos familiares (monoparentais, homoparentais, unipessoais etc.)? O porquê do predomínio da representação social da família ser ancorada no modelo nuclear burguês? E porque essas mudanças têm levado alguns autores a teorizarem sobre a crise da família? O intuito é intercalar a discussão sobre a família com a de gênero procurando identificar como se estabeleceram as relações de gênero e qual a sua importância e/ou contribuição para as transformações na família.

### **1.1 – Família: ou famílias?**

Família é um fenômeno, aparentemente, de fácil definição para qualquer pessoa. No entanto, ao estudá-la para além da própria percepção, tem-se uma questão complexa devido à multiplicidade de organizações e funções que ela apresenta. Como aponta Sarti (2004), há uma tendência em identificar a noção de família com as “nossas” referências pessoais e uma dificuldade de se afastar de concepções preestabelecidas.

Poster (1979) afirma que a ciência social não possui ainda uma definição adequada de família, ou um conjunto coerente de categorias que sirva de base para analisá-la, ou um rigoroso esquema conceitual para especificar o que há de significativo nela. Porém, encontra-se, na literatura internacional e brasileira, inúmeras e divergentes definições de família.

Etimologicamente o termo “família”, segundo Bruschini (1979, p.30), provém do latim *Famulus* que designava originalmente, na Roma antiga, o conjunto de empregados de um senhor e, mais tarde passou a ser utilizado também para denominar o grupo de pessoas que viviam numa casa, unidas por laços de sangue e submetidas à autoridade de um chefe comum.

De acordo com Bruschini (1979), para a antropologia, a família é um grupo social concreto e o parentesco uma abstração, uma estrutura formal, que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: descendência, consangüinidade e a afinidade. “É um grupo de procriação e de consumo, um lugar privilegiado onde incide

a divisão sexual do trabalho, em função da qual determina-se o grau de autonomia ou subordinação, principalmente, das mulheres. Sendo assim, a análise de família deve mover-se tanto no plano das construções ideológicas quanto no seu papel na organização da vida social”(Mattosinhos, 2006 p.13).

Na sociologia a definição de família está relacionada a diferentes correntes teóricas. De acordo com Bruschini (1979), essas correntes são: a funcionalista que vê a família, sobretudo como uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação de personalidade dos indivíduos. Com uma visão oposta à do funcionalismo, a Escola sociológica de Frankfurt, critica o papel conservador da família e o elemento de dominação nele presente, cujo mecanismo central esmagador da liberdade, é a autoridade do pai sobre o filho. Na teoria marxista a família é colocada como fator determinante da História para a produção e a reprodução da vida imediata, incluindo tanto a produção dos meios de existência quanto à produção dos próprios seres humanos, ou seja, a propagação da espécie. Mas, segundo a autora é na segunda metade da década de 1970, quando as correntes marxistas começam a se preocupar com a inexistência de uma teoria da população, é que a família passa a ser definida como a unidade social na qual se realiza a reprodução do trabalhador. Ou seja, uma unidade de consumo e de rendimento, grupo composto pela soma dos salários individuais, e responsáveis pelo desempenho de várias funções que se articula para alcançar o consumo desejado.

Do ponto de vista da demografia “a família não é nem o grupo doméstico nem o conjunto de parentes sem limitação espacial, mas um subconjunto do grupo denominado domicílio” (MEDEIROS, OSÓRIO e VARELA, 2002, p.03). Infere-se que o uso dessa definição, nas pesquisas demográficas, está no fato de que dentro de um domicílio pode haver mais de uma família vivendo juntas com uma ou mais pessoas não relacionadas a este núcleo, ou ainda pode tratar-se de um domicílio totalmente formado por pessoas que não possuem parentesco entre si.

No decorrer da história, o conceito de família foi sendo alterado em consonância às mudanças ocorridas, tanto em seu interior quanto na sua relação com a sociedade.

Di Marco (2005, p. 19), assinala que se deve atentar para o fato de que:

la sociedad occidental construyó ó un modelo de familia que se impuso como “ideal” aun cuando la realidad histórica y las prácticas délos sujetos no fueran uniformes. Por este motivo no puede hablarse de “familia” sin tener en cuenta que se trata de un concepto normatizador cargado de ideología: la idea de

“família” se instala como universal y establece modelos, legitima roles y regula comportamientos.

Ou seja, não é possível compreendê-la dissociada das relações de gênero e de contextos históricos e sociais específicos.

Segundo Ariès (1981, p.191),

Só assistimos o nascimento e desenvolvimento do sentimento de família a partir do século XV. Anterior a esse período a densidade social não deixava lugar para a família. Não que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas ela não existia como sentimento ou como valor.

O sentimento de família aparece no mesmo momento em que aparece também o sentimento de infância. “O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento da família” (ARIÈS, 1981, p.194). Tal fato, segundo o autor, propiciou o distanciamento entre família e sociedade dando início a idéia de privacidade. A partir desse momento, progressivamente, assiste-se a um processo de nuclearização da família acompanhado da individualização, aumento da intimidade e identidade entre seus membros alterando significativamente essa instituição.

Mark Poster, afirma que “a historia da família é hoje conceptualizada como descontínua, não linear e não homogênea” (1979, p.215). Ele identifica quatro modelos familiares: as famílias aristocrática/patriarcal e camponesa na Idade Média e as famílias proletária e nuclear/burguesa na Idade Moderna.

A família aristocrática, presente na idade média, era formada por um agrupamento que ia de 40 até mais de 200 pessoas. Constituída de uma mistura de parentes, dependentes e clientes os quais se relacionavam de forma hierarquizada, e os papéis, exercidos por cada um, eram fixados por rígidas tradições. O pai/patriarca da família tinha autoridade absoluta, enquanto a dama aristocrática se preocupava em organizar a vida social e ter os filhos, mas não cuidava das crianças. Essas eram amamentadas por amas-de-leite, e cresciam longe dos pais sendo seus primeiros vínculos formados com alguém que não pertencia à família. “Pode-se concluir que a família aristocrática atribuíam pouco valor à privacidade, à domesticidade, aos cuidados maternos, ao amor romântico e relações íntimas com as crianças” (POSTER, 1979, p.202).

A família camponesa, do mesmo período, é descrita por Poster como não extensa, apesar de, às vezes, conviverem até três gerações na mesma casa. A

autoridade social estava investida na própria aldeia e não pai da casa. Havia fortes laços de dependência com a aldeia, de tal forma que a sobrevivência não era possível no nível da unidade familiar. A privacidade novamente era desconhecida e não tinha valor, sendo as trocas afetivas e relações sociais feitas por vizinhos, amigos, crianças e idosos, mulheres e homens. Comprovando que na Idade Média a família, apesar de existir amor entre o casal e entre pais e filhos, não tinha função afetiva, mas a conservação dos bens, a prática de um ofício comum a todos, e ajuda mútua no cotidiano, pois, não era possível sobreviver isolado.

A família burguesa ou nuclear, segundo Poster, surgiu por volta de 1750. Ela caracteriza por ter relações familiares rígidas quanto a divisões dos papéis sexuais. Enquanto o marido era a autoridade dominante, um cidadão autônomo que provia o sustento da família. A esposa preocupava-se com os filhos, a casa e o marido, de quem era totalmente dependente. O enaltecimento do amor maternal faz com que o cuidado com os filhos se torne a preocupação principal da mulher. Segundo Poster (1979), delimitação da família como um microcosmo privado, um santuário em cujos recintos sagrados nenhum estranho tinha o direito de entrar, confinou as mulheres ao “lar como nunca o haviam estado antes”.

O início da industrialização provocou uma migração do campo para as cidades e as famílias rurais constituíram, nas cidades, uma outra estrutura familiar, a proletária. Essa, segundo Poster (1979), submetia-se a salários muito baixos e a péssimas condições de vida fazendo com que, quase sempre toda a família tivesse que trabalhar. As mulheres trabalhavam para ajudar no sustento familiar, além de realizar os afazeres domésticos. Os filhos eram criados sem muita atenção e orientação dos pais. E, geralmente os ensinamentos aconteciam na própria fábrica, e se direcionavam em grande parte à estrutura e organização do trabalho fabril. Segundo o autor, em decorrência das transformações da economia capitalista, esse modelo foi aos poucos incorporando o modo de vida burguês, que passou a ser o modelo familiar dominante na sociedade capitalista avançada do século XX.

De acordo com Di Marco (2005, p.27), na família:

La valoración de la condición de madre de la mujer, que la llevó a situarse, al lado del *jefe del hogar*, como la *reina de la casa*, por su dominio altruista sobre los aspectos de la vida cotidiana de sus seres queridos, es parte constitutiva de este nuevo modelo de familia. Las esferas de acción separadas (el mundo público para los varones, el hogar para las mujeres), el amor como base de formación de las parejas y el casamiento voluntario, ya no por orden del patriarca (aspectos constitutivos de lo que se denomina “el amor romántico”) van a marcar en adelante las relaciones, en las cuales seguirá existiendo la

subordinación femenina, ahora disfrazada por este lugar de poder desde los afectos, en un proceso que significó darle el lugar de “reinas” afectivas a las madres, a cambio de sacrificio y amor incondicional hacia sus esposos, sus hijos e hijas y, también, hacia las personas mayores y los enfermos.

Incorporar a categoria de gênero na análise da família é fundamental, principalmente tendo em vista o duplo caráter epistemológico do conceito: de um lado, como categoria descritiva da realidade social, concede uma nova visibilidade para as mulheres, referindo-se a diversas formas de discriminação e opressão, tão simbólicas quanto materiais, e de outro, como categoria analítica, propicia um novo esquema de leitura dos fenômenos sociais. Varikas (1989 *apud* CARLOTO 2001).

A família se constituiu, historicamente, como a primeira e, mais importante instituição na socialização dos indivíduos e também na construção de relações desiguais entre esses. Segundo Di Marco (2005, p.15),

la familia es un núcleo indispensable de socialización donde se tejen las relaciones básicas para el desarrollo de la vida social y al mismo tiempo el lugar donde se gestan y se desarrollan con más claridad las relaciones de desigualdad.

O modelo de família nuclear burguesa foi tão absorvido culturalmente que se tornou o modelo de referência para a família. Porém, a partir do século XX, principalmente nas ultimas três décadas deste século, a família passa por um acelerado processo de transformações. Diversas são as autoras<sup>5</sup> que têm pesquisado a família contemporânea, no intuito de compreender suas características atuais. Segundo as referidas autoras, a antiga família burguesa vem-se transformando ao longo dos tempos, acompanhando as mudanças religiosas, econômicas e sócio-culturais, adquirindo configurações e funções diversas. São tantas transformações que chegamos ao século XXI com a família pós-moderna<sup>6</sup> ou pluralista, como tem sido chamada, pelos tipos alternativos de convivência que apresentam (SIMIONATO e OLIVEIRA, 2003).

A diversidade de configurações da família contemporânea tem colocando em questão a hegemonia da família nuclear<sup>7</sup>. Entre as novas estruturas familiares se encontra, por exemplo, as famílias compostas pelo casal heterossexual e seus filhos,

---

<sup>5</sup> Ver: Simionato (2003), Goldan (2002), Carvalho (1994), Carvalho & Almeida (2003), entre outras.

<sup>6</sup> Algunos autores comienzan a denominar a las nuevas familias como familias posmodernas, para caracterizar la fluidez de los vínculos y las diversas estrategias familiares que combinan viejas y nuevas formas de relaciones (Di Marco, 2005, p.20).

<sup>7</sup> A família nuclear é aqui também entendida como a conjugal formada por um casal e filhos.



famílias sem filhos, famílias monoparentais<sup>8</sup>, famílias homoparentais, famílias formadas por recasamentos nas quais convivem filhos de pais diversos, famílias nas quais coexistem várias gerações e, muitas vezes, famílias unipessoais.

Os fatores que propiciaram as mudanças na família são, segundo Carvalho e Almeida (2003), decorrentes do aumento da proporção de domicílios formados por "não-famílias", não apenas entre os idosos (viúvos), mas também entre adultos jovens que expressariam novo "individualismo"; da redução do tamanho das famílias; a fragilização dos laços matrimoniais, com o crescimento das separações e dos divórcios; incremento da proporção de casais maduros sem filhos e da multiplicação de arranjos que fogem ao padrão da típica família nuclear, sobretudo de famílias com apenas um dos pais, e em especial das chefiadas por mulheres sem cônjuge.

Silveira (2000) alerta para o fato de que não se deve ver apenas fatores negativos nessas novas organizações familiares. E aponta pontos positivos, tais como: as mudanças nas relações homem/mulher/filhos, crescente aumento no respeito aos direitos das crianças e adolescentes; das uniões homossexuais; reconhecimento do papel de família para um núcleo de pessoas agregadas por valores que não obedecem aos ditames da consangüinidade, da aliança por casamento ou do parentesco.

Todas essas transformações suscitaram entre diversos autores o debate a respeito da "crise da família", ou o que Bilac (2000) denominou de "crise do esvaziamento da instituição familiar". Essa crise, segundo a autora, seria resultado da perda das funções e importância social da família o que impossibilitou que ela mantivesse as condições de referenciar ou organizar a reprodução, devido entre outros fatores, à baixa taxa de fecundidade, ao aumento da expectativa de vida e ao aumento de divórcios e separações. Porém, Carvalho e Almeida (2003) advertem que esta nova realidade pode dar a impressão de que as famílias estão desestruturadas, ameaçadas ou, até mesmo em vias de extinção. Mas, ela, na verdade, devido a sua plasticidade e enorme capacidade de mudança e de adaptação, está reagindo às transformações econômicas, sociais e culturais que vêm ocorrendo. Pereira acrescenta também que:

A aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação que ela vem sofrendo, a qual se, por um lado, pode causar problemas, pode, por outro, apresentar soluções. Trata-se, pois, de um processo contraditório que, ao mesmo tempo em que abala o sentimento de segurança das pessoas, com a falta

---

<sup>8</sup> Segundo Nadine Lefaucher, *apud* Vitale (2002, p.47), a expressão "famílias monoparentais" foi utilizada na França, desde a metade dos anos setenta, para designar as unidades domésticas em que as pessoas vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos com menos de 25 anos solteiros. Vitale, Maria Amália Faller. Famílias Monoparentais: indagações. Serviço Social e Sociedade, N°. 71, Cortez, 2002.

ou diminuição da solidariedade familiar, proporciona também a possibilidade de emancipação de segmentos tradicionalmente aprisionados no espaço restritivo de muitas sociedades conjugais opressoras (1995, p.107).

A preocupação com o fortalecimento da família está no fato de ela ser fundamental no desenvolvimento e manutenção da sociedade. Pois, como ressaltam Carvalho e Almeida (2003), a família é apontada como elemento-chave não apenas para a “sobrevivência” dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações. Portanto, o interesse em se ter uma instituição familiar sólida e capaz de referenciar seus membros deve ser tanto dos indivíduos como também do Estado.

Gênero é, de acordo com Bandeira:

“O conjunto de normas, valores, costumes e práticas através do qual a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada. Não se refere somente às questões das mulheres, mas às relações de poder e às representações sobre os papéis e comportamentos dos gêneros na sociedade” (2005, p.47).

Assim, pensar a família requer a incorporação da perspectiva de gênero, haja vista que, ao mesmo tempo em que ela se apresenta como locus privilegiado onde se inicia os primeiros aprendizados sobre gênero, pode também constituir-se em espaço de atuação para combater e/ou transformar as visões e os aprendizados, culturalmente transmitidos, acerca das desigualdades nas relações de gênero. Como afirma Di Marco (2005, p. 29):

Si bien es cierto que las familias son las encargadas de reproducir los patrones culturales vigentes, como la jerarquía por sexo y edad, la desigualdad y el autoritarismo, también es cierto que el grupo familiar puede ser el lugar desde donde se cuestionan y se cambian reglas, desde donde se gestan procesos de transformación.

Segundo Quinteiro (2002) um fator importante para o estabelecimento da igualdade de gênero na família está no compartilhamento de tarefas e comportamentos e entre homens e mulheres, negociados no cotidiano familiar de forma que, ambos sejam igualmente valorizados. Essa conduta, segundo ela, se refletirá no comportamento das crianças.

Na situação familiar, quando a criança observa que o entendimento é buscado por seus pais, não vê mais o pai mandando e a mãe, submissamente, obedecendo, mas dois centros do poder que, apesar de diferentes, atuam com igual dignidade (...). As crianças crescerão com maior equilíbrio e terão racionalidades e emoções mais integradas. Quando adultos, vão privilegiar a construção de uma sociedade democrática e pluralista, onde é possível o consenso, as partilhas e as solidariedades. Tenderão a rejeitar autoritarismos e opressões (Quinteiro, 2002, p.03).

Ou seja, a consolidação da equidade entre os gêneros passa, necessariamente, pelo exercício constante do diálogo, da interação e de uma educação crítica que se inicia na família.

## **1.2 - A família brasileira: numa perspectiva histórica e de gênero.**

Segundo Porreca e Filho (2005, p.250), a família brasileira se formou a partir do modelo patriarcal português. A estrutura patriarcal brasileira dos séculos XVII e XVIII é descrita por eles como tendo:

Uma dupla estrutura: um núcleo central, pelo casamento religioso, composto pelo casal branco, proprietário de terras e de escravos e com filhos legítimos, o centro da organização doméstica; e o segundo, formado por escravos, negros livres, índios, filhos ilegítimos do chefe da família (ou de seus filhos), agregados diversos e também por parentes, geralmente empobrecidos e dependentes do patriarca (PORRECA & FILHO, 2005, p.250).

Centa e Elsen (1999) em um estudo sobre a evolução da família no Brasil, afirmam que, à medida que os homens foram acumulando riquezas e assumindo posições mais importantes do que as mulheres, no seio da família, valeram-se destas vantagens e apoderaram-se da direção da casa. Converteram a mulher em sua escrava e simples objeto de reprodução. Surge assim a família patriarcal, monogâmica, na qual, para assegurar a fidelidade feminina, e a paternidade de seus filhos, a mulher foi entregue ao poder absoluto do homem. As mulheres eram tão identificadas pela reprodução que, Centa e Elsen (1999, p.04) chegam a afirmar que: “seu útero era quem definia seu lugar na sociedade”. Ou seja, sua posição social dependia da condição de reproduzir e cuidar bem dos filhos e do marido.

E inquestionável a existência do modelo patriarcal na formação da família brasileira, mas Samara (1987) e Corrêa (1982) contestam a tese de que esse tenha sido o modelo predominante, e afirmam que havia diversos arranjos e modelos de família em toda a história colonial, enfraquecendo a tese de uma família monolítica apresentada na obra gilbertiana. “A família patriarcal pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou da varanda da casa grande o processo total da formação da sociedade brasileira” (CORRÊA, 1982, p. 25).

Samara (1987) assinala que, “os estudos e pesquisas mais recentes têm tornado evidente que as famílias extensas do tipo patriarcal não foram as predominantes” (1987, p.30). Também, Neder (2002), chama a atenção para o fato de não se pensar que

o padrão familiar europeu foi a única possibilidade histórica de organização familiar brasileira, pois há que se levar em conta a multiplicidade étnica e cultural dos africanos e índios, cuja contribuição para a formação de nossa sociedade foi de extrema importância.

A família patriarcal começa a mostrar sinais de fraqueza nos últimos anos do século XIX. A expansão das cidades, a chegada dos imigrantes e o incremento das indústrias foram fatores que provocaram a urbanização e a modernização da sociedade além, de contribuírem para o surgimento do modelo de família burguesa ou “nova Família”. Diniz (1999, p.04) ressalta que durante o século XIX, com a consolidação do capitalismo no país, ocorreram muitas transformações na sociedade brasileira dentre os quais o surgimento da nova família. Esse modelo baseado em uma mentalidade burguesa tinha característica nuclear e introduziu elementos novos na vida familiar: a liberalização dos costumes; uma nova sensibilidade e uma maneira diferente de pensar a conjugalidade e o amor; e a valorização da maternidade e do cuidado dos filhos.

Entretanto, os papéis atribuídos à mulher e ao homem, dentro desse grupo permaneceram com o homem sendo visto como provedor e a mulher como responsável pela casa e o cuidado dos filhos. Morgado (2004) chama atenção para um novo fato, a transformação do “conceito de responsabilidade materna em culpa materna”, pois, a ênfase dada à maternidade fez com que a função principal das mulheres fosse ser “uma boa mãe”.

A presença da mulher/mãe passa a se considerada como natural e essencial para o desenvolvimento saudável dos filhos. A mulher/mãe passa a ser vista como “responsável” exclusiva pelos possíveis problemas futuros de seus filhos que, caso ocorram, encontram explicação no seu mau desempenho como mãe. (MORGADO, 2004, p.05).

A condição de mãe sobrepondo a do sujeito mulher foi uma constante nos variados modelos familiares. Pois, é culturalmente naturalizado e reconhecido como habilidades femininas o cuidado e o afeto, e masculinas, a proteção e a provisão (MORGADO, 2004).

Por ser parte dinâmica de um processo histórico os modelos ou configurações familiares não podem ser vistos separadamente, mas coexistindo num mesmo momento. Como enfatiza Gueiros (2002, p.107), “A existência dos modelos patriarcal e conjugal moderno permanecem até os dias atuais, predominando ora um, ora outro”. Contudo, a partir do final do século XX, ficou mais visível e foram mais significativas

as mudanças, seja na estrutura e funções da família, seja na dinâmica interna da vida familiar<sup>9</sup>.

Fukui (1998) aponta que as três maiores transformações que ocorreram, na família brasileira, estão relacionadas com a mudança de valores, principalmente valores agregados pela influência da igreja católica.

Num primeiro momento ocorreu a separação da sexualidade e da reprodução, o número de filhos começa a ser previsto ou planejado. No segundo a reprodução dissociou-se do casamento- não há mais filhos ilegítimos e terceiro a sexualidade dissociou-se do casamento reconhecendo-se direitos às uniões consensuais ( FUKUI, 1998, p.02).

Assim, se antes, “a prática era de deixar vir os filhos desde o casamento até a menopausa, o que era preconizado pela Igreja e reforçado pela submissão da mulher e apoiado pelos higienistas” (Centa e Elsen, 1999, p.04). A partir dos anos de 1960, com a difusão da pílula anticoncepcional, criou-se a possibilidade de planejar e decidir a quantidade de filhos. A separação entre sexualidade e reprodução, segundo Sarti (2005, p.21), “criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um destino e ampliou as possibilidades de atuação da mulher no mundo social”.

É importante destacar, como um dos fatores essenciais para as mudanças ocorridas na família, a entrada da mulher no mercado de trabalho. Goldani (2002, p.42) ressalta que “As transformações ocorridas nas famílias e nos papéis de gênero aparecem estreitamente relacionadas com os casamentos e novos arranjos sexuais, divórcios, criação de filhos e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal. Ambas as mudanças são, ao mesmo tempo, causas e efeitos”.

Di Marco (2005), ao argumentar sobre a melhora da situação das mulheres aponta o maior acesso à educação e ao trabalho como fatores que propiciaram a elas maior igualdade de direitos na sociedade e também na família.

La incorporación en los últimos treinta años de las mujeres en el mercado laboral, acompañada por una creciente conciencia de su situación desigual, sumada a su papel activo y protagónico en las luchas sociales, permite corroborar una mayor afirmación de sus derechos, lo que se confirma en cambios visibles y en los diferentes instrumentos de regulación jurídica que se han generado en el nivel internacional, regional y nacional. Sin embargo, la desigualdad, la discriminación, el maltrato y la violencia no han desaparecido (DI MARCO, 2005, p.16)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Afirmativa apresentada por: Sarti (2005), Mioto (1997), Goldani (2002) entre outras.

<sup>10</sup> Dentre os instrumentos jurídicos cita-se: Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – desenvolvimento e Paz (Beijim, 1995), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas

É certo que o trabalho colaborou para, que muitas mulheres, tivessem um novo status social, autonomia e independência financeira. Mas, se por um lado, alcançaram certo empoderamento social, por outro estão tendo que enfrentar um novo desafio que é entrar e permanecer num mercado de trabalho cada vez mais restritivo e desfavorável, tendo muitas vezes a obrigação de cuidar e prover sozinhas sua família.

Cada vez mais, as mulheres se encontram no papel de provedoras e não apenas como fonte de ingresso adicional. É o que mostram as estatísticas recentes. Ou seja, as mulheres neste final do século enfrentam o duplo desafio de “cuidar” e “prover” as suas famílias. Tudo isto no contexto de mudança do perfil de inserção da mulher em um mercado de trabalho nada favorável (GOLDANI, 2002, p.35).

Ainda há que se vencer outras dificuldades associadas às relações de gênero como a violência e maus tratos. É sabido que a violência contra a mulher, normalmente, se dá num ambiente doméstico e é cometida pelos seus próprios maridos ou parceiros. Esse tipo de violência costuma ser silencioso, só sendo denunciada quando as agressões atingem graus elevados, como ameaças de morte à própria mulher ou a seus filhos. Essa forma de violência é difícil de ser prevenida por se dar no ambiente privado e, pelo receio das mulheres ou membros da família em denunciar o agressor (Di Marco, 2005).

Um passo importante foi dado, no Brasil, com a promulgação da Lei nº. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Ela reconhece a gravidade do problema da violência doméstica e a caracteriza como crime, o que não era feito até então. Apresenta preocupação em prevenir a violência contra a mulher; garantir assistência e proteção a elas e seus dependentes menores. Aponta a necessidade de promover estudos e pesquisas com a perspectiva de gênero e raça/etnia concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência contra a mulher. O desenvolvimento de campanhas educativas; a capacitação da polícia em relação às questões de gênero, raça/etnia. Realça a importância de introduzir nos currículos escolares conteúdos relativos aos direitos humanos, à igualdade de gênero, raça/etnia e do problema da violência doméstica e familiar.

---

de Discriminação contra a mulher (CEDAW, 1979) e a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Belém do Pará, 1994).

## **CAPÍTULO II – Política Social e Família no Brasil.**

Segundo Medeiros (2000) há várias maneiras de abordar a relação que se estabelece entre as famílias e as políticas. A primeira é tomar a família como objeto das políticas sociais, as quais são utilizadas como meio para se obter determinados perfis ou padrões familiares desejados, como é o caso do controle de natalidade. A segunda, trata as famílias como instrumento das políticas sociais. Nesse caso, cabe à família um papel funcional na execução das políticas, como o de acompanhar o trabalho de cuidadores de saúde de idosos em uma internação doméstica apoiada pelo Estado. A terceira entende a família como instituição redistributiva que pode reduzir ou potencializar as políticas sociais orientadas a indivíduos.

Assim, objetivamos como esse capítulo verificar como se desenvolveu o sistema de proteção social no Brasil e qual posição foi conferida à família. O que prevê a Política Nacional de Assistência Social e qual a importância dos programas de transferência de renda? Mas, primeiro apresentaremos alguns conceitos sobre a categoria gênero e, também teceremos algumas considerações sobre o enfoque dado às mulheres nas políticas públicas direcionadas à família.

### **2.1 - Política social e desigualdade de gênero.**

A publicização dos problemas relacionados às desigualdades de gênero se iniciou com o movimento feminista nos anos de 1960. Esse movimento não só denunciou a relação de desigualdade entre os sexos como deu início a uma luta por direitos iguais entre homens e mulheres.

Dentre as reivindicações das mulheres estava a necessidade de se tornarem visíveis para a sociedade, e que não fossem vistas apenas como mãe amorosa e esposa dedicada. Objetivavam romper com a rígida divisão de papéis e trabalho que opunha a esfera produtiva à esfera reprodutiva, colocava no senso comum como modelo de família “normal”, os homens como provedores e as mulheres como responsáveis pela esfera doméstica (CARLOTO, 2005, p. 03).

O movimento das mulheres conseguiu o comprometimento dos governos, de quase todos os países, no combate às desigualdades de gênero e às discriminações

contra as mulheres. Esse comprometimento foi expresso na assinatura de tratados, protocolos e declarações<sup>11</sup>.

No Brasil, o marco de referência é a Constituição da República Federativa do Brasil, ao declarar a igualdade entre homens e mulheres, e os compromissos assumidos pelo governo brasileiro nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos das Mulheres, especialmente a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher-Desenvolvimento e Paz (Beijing, 1995) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) (AGENDE, 2003, p. 17).

No âmbito das políticas públicas, o Estado brasileiro, a partir da reivindicação e pressão realizada pelos movimentos e organizações que lutam pelos direitos das mulheres, reconheceu as desigualdades de gênero colocando como um desafio para o PPA -2004/2007, “Promover a Redução das Desigualdades de Gênero”.

Políticas públicas para mulheres e políticas de gênero têm um enfoque bem diferenciado (BANDEIRA, 2005). As políticas públicas para as mulheres enfatizam a responsabilidade feminina pela reprodução social, pela educação dos filhos, pela demanda por creches, por saúde. As políticas de gênero consideram a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, e as conseqüências dessas nas relações individual e coletiva. E acrescenta que o objetivo da primeira é garantir a manutenção e permanência da família e, da segunda o empoderamento e autonomia das mulheres.

Como exemplo cita-se a Lei 10.836/2004, que cria o Programa Bolsa Família, ao estabelecer no seu artigo 2º § 14 que “O pagamento dos benefícios previstos nesta lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento”. Essa determinação seria por causa, segundo Carloto (2005, p.03), “da premissa básica de que não só as mulheres são mais confiáveis como mães, como são mais confiáveis que os homens na aplicação correta do benefício e tão ou mais capazes do que eles, garantindo assim a eficácia dos programas”.

Não é pretendido aqui negar a importância delas para o desenvolvimento das políticas mas, apenas salientar a sobrecarga a elas atribuída e ressaltar que tais ações reiteram as desigualdades de gênero, ao invés de combatê-las.

---

<sup>11</sup> Foram marcos importantes as Conferências mundiais sobre mulheres, organizadas pelas Nações Unidas – ONU, de 1975 no México; 1985, Nairobi e, em 1995, Pequim, a partir das quais foram elaborados vários tratados de combate às desigualdades de gênero.



Os programas direcionados à família têm sido criticados principalmente pela tendência em colocar as mulheres como agentes centrais dentro das famílias beneficiárias e co-responsáveis para o seu bom funcionamento.

De maneira geral os programas têm centrado suas ações na família e nos papéis tradicionais das mulheres na esfera doméstica, reforçando-os e pouco contribuindo para a superação das desigualdades de classe e gênero (...) são as mulheres, a partir do papel de mãe, que têm que estar presentes em todas as atividades previstas nestes programas, como por exemplo, as de caráter sócio-educativos, além de serem as principais responsáveis pelo cumprimento dos critérios de permanência (CARLOTO, 2005, p.04).

Segundo Goldani (2002), no Brasil a legislação é bastante evoluída a respeito dos direitos e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Mas na prática isto não é suficiente, pois permanecem as representações sociais sobre os papéis e as atribuições de homens e mulheres. Quinteiro (2002) enfatiza a importância da família para a promoção de mudanças na representação social, por ser ela a responsável pela socialização primária das novas gerações. É nesse processo que as crianças aprendem com os adultos, os primeiros valores, as primeiras atitudes frente aos outros e a si, os primeiros conceitos emocionais. A PNAS/2004 reconhece essa necessidade e traz, dentre os objetivos no atendimento às famílias, a preocupação em trabalhar a fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social como as discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência.

Certamente as mulheres devem participar e são também responsáveis para o desenvolvimento das políticas direcionadas às famílias. Ressalta-se que em alguns casos o recebimento de um benefício e/ou a participação das mulheres nos programas trazem vários benefícios a elas. Mas, acredita-se que se houvesse um outro direcionamento esses benefícios seriam mais potencializados, pois é necessário que os programas e projetos contribuam para a autonomia e empoderamento, e não apenas, reforcem os aspectos relativos aos papéis tradicionais das mulheres. Pois, como afirma Farah (2004), eles contribuem para reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado. Além de não possuírem um direcionamento que as contemplem na sua individualidade/subjetividades.

## **2.2 – Proteção Social e Família.**

A necessidade de proteger a família está diretamente relacionada à importância das funções que ela exerce. Carvalho e Almeida (2003) consideram a família e o Estado, entre todas as instituições, as mais importantes para o desenvolvimento da sociedade. A família por ser responsável pela “sobrevivência” dos indivíduos, proteção e socialização de seus membros, transmissão do capital cultural, capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações. E o Estado por ser instituído como regulador das relações públicas e responsável pelas demandas econômicas, políticas e sociais.

Nas sociedades antigas a proteção social era realizada através das redes de solidariedade e de ajuda mútua exercidas principalmente no interior das famílias e constitutivas das relações de gênero e de gerações. Eram práticas sociais quase sempre silenciosas e invisíveis, “mas com fortíssimos significados para a regulação da vida coletiva” e que se estendiam para as redes de vizinhança, de trabalho e para as ações religiosas (COSTA, 2000).

A provisão pública da proteção social se origina a partir do capitalismo e o conseqüente agravamento da questão social. A proteção pública buscava, ainda de forma incipiente, amenizar os problemas sociais causados pelo processo de industrialização, significava um novo tipo de trabalho, com conseqüências sobre a vida do trabalhador e de sua família. E também para os problemas estruturais das cidades como falta de saneamento, higiene, segurança, entre outros, ocasionados pelo acelerado crescimento demográfico.

O sistema de proteção social público foi desenvolvido de formas bem diferenciadas em cada país e nos diversos contextos históricos. O que dificulta que se tenham uma definição exata para ele. Mas, segundo Faleiros, de forma geral, as políticas sociais públicas podem ser entendidas como sendo:

(...) em uma primeira aproximação, ao processo de reprodução da força de trabalho através de serviços e benefícios financiados por fundos a eles destinados. (...) é um mecanismo distributivo de renda ou riqueza socialmente produzida, sob a forma de benefícios, proteção e serviços, sem que sejam afetadas, entretanto, as relações de produção capitalistas. (FALEIROS, 2000, p. 43).

O sistema de proteção social no Brasil tem início no governo de Getúlio Vargas. A partir de 1930 a concepção de questão social como questão de polícia,

começa a se constituir em uma questão de políticas específicas do Estado na regulação capital e trabalho (COHN, 2004).

As primeiras ações do Estado se dirigiam a segmentos determinados da sociedade, pois, eram estritamente vinculadas a legislação trabalhista e aos sindicatos. Para acessar esses direitos era necessário a inserção formal no mercado de trabalho. O que fazia com que os direitos fossem extensivos a poucos assalariados que podiam contribuir compulsoriamente para obtê-los<sup>12</sup>. Aos desempregados e “extremamente” pobres restavam a filantropia e serviços residuais do Estado na cobertura dos mínimos necessários à sobrevivência (COHN, 2004).

O papel estabelecido para as políticas sociais era o de criar condições para o desenvolvimento da economia. Assim, a prioridade era para ações na área de saúde e educação com a perspectiva de gerar um contingente de trabalhadores qualificados para exercer as funções no novo padrão tecnológico que estava se formando no parque industrial (COHN, 2004, p.02).

O objetivo do Estado em aprimorar a qualificação da força de trabalho pode ser percebido no estudo realizado por Fonseca (2001). Segundo a autora a intervenção estatal no âmbito da família, data também do final da década de 1930, quando a família é colocada como o “elemento de articulação entre raça e nação” é reconhecida como alvo legítimo e necessário de apoio por parte do Estado.

Fonseca (2001) registra que as ações do Estado tinham o foco nas condições da família para gerar e educar uma prole saudável. Essa preocupação se refletia em políticas públicas que privilegiavam as famílias com filhos. Um exemplo foi a política habitacional que estimulava a construção de casas individuais com dormitórios isolados para garantir um ambiente moral - em substituição aos cortiços tidos como espaços de promiscuidade. Na área da saúde a preocupação era com a reprodução. Há o início de campanhas e ações – exames pré-nupciais – momento em que os casais eram informados acerca dos requisitos para se ter uma descendência saudável.

As políticas sociais dirigidas às famílias eram carregadas de conceitos ideológicos o que instalava ou aprofundava a vivência do paradoxo entre a família idealizada, “normal”, percebida ideologicamente como a família nuclear,

---

<sup>12</sup> Wanderley Guilherme dos Santos denomina os direitos sociais nesse período como “cidadania regulada”. Segundo ele era a carteira de trabalho que garantia o acesso ao sistema de proteção social brasileiro. Vide: Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1971.

heterossexual, monogâmica e patriarcal, e a família efetivamente vivida, que era desqualificada como “desestruturada” ou “irregular” (FONSECA, 2001).

A diferenciação e, ou, preferência do Estado pelas pessoas casadas e com filhos era expressa através de incentivos como; abono familiar, financiamento habitacional, ingresso e promoção no serviço público que eram dados aos trabalhadores casados com filhos. A diferenciação não se dava apenas na concessão de privilégios, mas também por penalidades para celibatários e casais sem filhos como impostos adicionais (FONSECA, 2001).

Segundo Carvalho (2000) nas décadas de 1960/1970 a família foi deixada de lado por ser percebida como agente provinciano, de controle social, uma instituição que estava falida já de início, até em termos de valores. No entanto, com a crise do Estado e com a reorientação das políticas públicas pelo ideário neoliberal, a família ganha uma nova visibilidade, (...) “as redes de solidariedade e sociabilidade engendradas a partir da família ganham importância na política social, dada sua potencial condição de assegurar proteção e inclusão social”. (CARVALHO, 2000, p.146).

Para Draibe (1998) o Estado brasileiro mostrou-se incapaz de distribuir competências e utilizar recursos de maneira impessoal e equitativa. As consequências no sistema de proteção social foram: a ineficiência e ineficácia dos programas sociais, que tinham objetivos clientelistas, instabilidade e descontinuidade e quase total ausência de avaliação dos programas, entre outros.

A proteção social só veio a ser reconhecida como direito do cidadão, dever do Estado e da sociedade em promovê-la com a Constituição Federal de 1988. Contraditoriamente, antes mesmo de se efetivar essa garantia constitucional, já na década de 1990 ocorre a abertura do país para a entrada da política neoliberal, e o Estado reduz sua participação no sistema de proteção social. Ganha destaque, a partir de então, campanhas de voluntariado e solidariedade, convocando a sociedade e a família a se responsabilizarem por encargos de proteção social atribuídos ao Estado.

As legislações editadas, a partir de então, evidenciam a responsabilidade familiar para assegurar a proteção social. Como a Lei 8069/1990 - Estatuto da Criança e Adolescente, que enfatiza a valorização do papel social da família como lugar proteção e bem-estar coletivo. Propõe uma ruptura com a prática da institucionalização de crianças e adolescentes, salvo como medida de proteção de abrigo, com caráter

excepcional e transitório. Assegurando o direito da criança e do adolescente o direito a ser criado e educado na própria família e sendo impossível em uma família substituta.

A Política Nacional do Idoso, sancionada pela Lei 8.842/1994, afirma em suas diretrizes básicas ser a família a instituição mais capaz de produzir o bem-estar do idoso. Assim, o Estado só vai intervir quando comprovadamente, se verificar que o idoso não é capaz de manter suas necessidades ou de tê-la provida pela sua família.

No campo das políticas de saúde, após a Constituição de 1988, é possível identificar dois momentos distintos. Primeiro, a implantação do Sistema Único de Saúde – SUS que garante a saúde como direito de todos e dever do Estado, devendo ser prestada de forma, universal, integral, descentralizada e com participação da comunidade. O segundo apontado por Monerat, Senna e Souza (2006), refere-se à reforma do Estado brasileiro, na década de 1990, com a adoção do ajuste estrutural da economia com a racionalização do gasto público, imposta pelos organismos financeiros internacionais, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI. A análise das dessas agências sobre as políticas de saúde:

Assentam-se no diagnóstico da inadequação dos gastos sociais, que seriam excessivos e não atingiriam as regiões e os grupos sociais mais pobres. Ao mesmo tempo, criticam o modelo de assistência em saúde, que se basearia no cuidado hospitalar ineficaz, na especialização do cuidado ambulatorial, na rápida incorporação de procedimentos de alta tecnologia e pequeno gasto nas ações preventivas e de promoção à saúde. As recomendações apresentadas (...) voltam-se para a adoção de medidas de racionalização e contenção de gastos para o setor (...) (MONERAT, SENNA, SOUZA, 2006, p. 103).

Diante da imposição para conter gastos, num momento em que aumentava a demanda na área da saúde, em virtude da universalização do atendimento trazida pelo Sistema Único de Saúde a solução foi a adoção de um programa que reduzisse gastos com hospitalização e intervenções curativas direcionado à saúde básica com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, com atendimento das famílias diretamente em suas residências. Assim, foi implantado, em 1994, o Programa Saúde da Família – PSF.

O modelo de atenção proposto pelo PSF se assenta sobre uma visão ampliada do processo saúde-doença, que pretende ultrapassar as concepções marcadas por um viés biologizante e curativo, passando a ter na família e no meio no qual ela vive o centro da atenção à saúde (MONERAT, SENNA, SOUZA, 2006, p. 106).

A introdução do Programa Saúde da Família na organização dos sistemas municipais de saúde, segundo o Ministério da Saúde, aproximou um quantitativo maior da população ao sistema de saúde. Em 2008, ano em que o Programa de Saúde da

Família completa 15 anos, a cobertura do programa ultrapassou 50% da população, garantindo assistência para 93 milhões de brasileiros<sup>13</sup>.

Mesmo com números tão expressivos, de acordo com Serapioni (2005), o programa ainda tem que superar alguns obstáculos para alcançar seus objetivos. Ele cita como exemplos: que a atenção é dirigida a aspectos individuais como a amamentação, o uso de re-hidratante oral, o controle da hipertensão, diabetes etc., e não a unidade familiar. Para o autor a prevalência dessa forma de atendimento se deve a falta de profissionais com perfil, competências e habilidades necessárias para compor uma equipe, apta a desenvolver uma abordagem familiar. Para o autor, um dos fatores mais importantes para o bom desenvolvimento do programa é o estabelecimento de vínculo dos profissionais com as famílias e as comunidades. Mas, devido a alta rotatividade dos profissionais, eles não conseguem se aproximar da realidade das famílias, para que possam planejar as ações a serem desenvolvidas de acordo com as necessidades delas (SERAPIONE, 2005).

Observando as políticas sociais e as legislações, após a década de 1990, tem-se a impressão que houve um retrocesso, em decorrência dos ajustes econômicos de cunho neoliberal. Porém, segundo Draibe (1998), a partir de 1993, surgem inovações positivas nas políticas sociais brasileiras. Ela cita a descentralização das políticas, a articulação de fato entre os diversos programas e a parceria entre governo e movimentos sociais como fatores que permitiram redução das práticas clientelistas, distanciamento das políticas assistenciais e continuidade dos programas. Além, da introdução de critérios de delimitação territorial do público-alvo, aliados aos de renda, permitiram melhor focalização dos beneficiários.

Porém, outros autores contestam essa visão afirmando que, a partir de 1990, com a pressão dos organismos financeiros internacionais imposta aos governos brasileiros, no sentido de implementar reformas no aparelho Estado, ocasionou uma crise nas políticas sociais. O Estado brasileiro vem buscando racionalizar os gastos e adequar suas ações mediante a focalização, descentralização e do desenvolvimento de novas parcerias com o mercado e a sociedade. Reproduzindo uma concepção da vida social fragmentada, “os problemas sociais passaram a ser enfrentados pela

---

<sup>13</sup> “Saúde da Família ultrapassa a marca de 50% de brasileiros atendidos” In: [www.portal.saude.gov.br](http://www.portal.saude.gov.br).

multiplicação de políticas e programas setoriais, emergenciais e isolados, sem um projeto que os articule e lhes imprima sentido político” (COHN, 2000).

Outra estratégia utilizada pelo Estado, a centralidade da família nas políticas sociais para a superação da pobreza, também tem sido questionada. Para Goldani (2002), o fato de terem sido criados diversos programas e projetos sociais com enfoque na família é um indicativo de que o Estado está pedindo ajuda a ela para superação dos problemas e agravos da pobreza. E, ao mesmo tempo transferindo uma responsabilidade, que anteriormente acreditava-se serem assumidas por ele, sobrecarregando a família, já atingida pelas precárias condições sócio-econômicas a que está submetida considerável parcela da população brasileira.

Kaloustian e Ferrari (2000), também alertam para o fato de a família só ser percebida, pelo Estado, quando deixa de cumprir suas funções básicas junto aos seus membros, o que gera custos adicionais originados dos problemas causados por essa falha. Com condições econômicas tão adversas que coloca grande parte das famílias em situação de vulnerabilidade e simultaneamente ocorre a supervalorização da família pelo Estado. Não estaria ela sendo duplamente penalizada? Pois, percebe-se que os programas de proteção contam muito com a disponibilidade, capacidade e os recursos que a família dispõe para dar conta de suas atribuições. Carvalho e Almeida (2003, p.118) avaliam que “alguns desses programas remetem à própria população pauperizada a ‘responsabilidade’ de dar conta de seus problemas, exaltando a ‘participação’, a ‘solidariedade’ e a ‘auto-gestão’”, elevando-a à condição de “parceira” na resolução dos problemas sociais.

Percebe-se que os autores não estão negando que a família tem obrigação ou responsabilidade no cuidado com seus membros, mas salientando a necessidade do Estado dar a ela condições econômica, política e social para que possa cumprir com tal incumbência.

### **2.2.1 – Política de Assistência Social.**

O campo da assistência social, no Brasil, é historicamente marcado por práticas clientelistas, de caridade, filantropia e solidariedade religiosa. Mudanças só vieram a ocorrer com a Constituição Federal de 1988 ao estabelecer a assistência social como política pública, afirmando que ela será prestada a quem necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (C.F de 1988, art. 203).

A confirmação da assistência social como direito social aconteceu somente em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Ela regulamentou a Assistência Social como política pública, baseada no direito do cidadão e no dever do Estado e garantiu a universalização dos direitos sociais. A assistência social passou a realizar-se de forma integrada às políticas sociais, visando ao enfrentamento da pobreza e à garantia dos mínimos sociais.

A LOAS estabelece como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Ao elencar esses objetivos percebe-se que a LOAS reconhece que todo o público da assistência social está de alguma maneira vinculado à família, seja no momento da utilização dos programas, projetos e serviços da assistência, ou no ciclo que gera a necessidade do indivíduo vir a ser alvo da atenção pública. (ROSA, 2006).

Aliado a esse pressuposto e, considerando a importância da família para a proteção social, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS a elege como alvo central, para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. A centralidade está ancorada na premissa de que a família precisa ser protegida para que possa exercer suas funções<sup>14</sup>. Assim, “a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (PNAS/2004).

A PNAS estabelece que a assistência social será prestada de forma hierarquizada entre proteção básica e proteção especial.

A Proteção Social Especial é destinada ao atendimento de famílias e indivíduos que se encontra em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situações de rua, trabalho infantil entre

---

<sup>14</sup> “São funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações de seus membros com outras instituições e o Estado” (PNAS, 2004, p.35).



outras. São serviços que trabalham para garantir ou restabelecer direitos violados (PNAS, 2004, p.37).

A proteção social básica é destinada à população em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação, precário acesso aos serviços públicos e/ou fragilização dos vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social por discriminação etária, de gênero, étnica e deficiência (PNAS, p.33).

De acordo com a PNAS/2004 um fator importante para a proteção social é a aproximação do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos e vulnerabilidades se constituem. Assim, os municípios devem identificar os territórios com maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidades para que seja implantado um CRAS – Centro de Referência da Assistência Social<sup>15</sup>.

O principal programa ofertado nos CRAS é o Programa Atenção Integral a Família – PAIF. Ele objetiva promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, informar e orientar a família na perspectiva da garantia de direitos, sua inserção nos serviços sócio assistenciais da rede de proteção social básica, por meio dos programas, projetos e serviços socioassistenciais, socioeducativos e de convivência.

O PAIF é responsável pelo acompanhamento das famílias beneficiadas pelos atuais programas de transferência de renda e pela articulação entre as políticas de saúde, educação e assistência para a redução da pobreza e situações de vulnerabilidades. O acompanhamento é uma estratégia para aliar o auxílio financeiro, para as necessidades imediatas, com a participação delas nas demais políticas públicas, de forma a superar a situação de pobreza e para que não se tornem permanentemente dependentes dos benefícios.

Cita-se como exemplo o Programa Bolsa Família, um dos principais programas de transferência de renda do governo federal. Nele as famílias beneficiadas são obrigadas a cumprirem as condicionalidades exigidas para garantir o recebimento da renda. A lei 10.836/2004, que cria o programa, declara no artigo art.3<sup>a</sup> que a concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de

---

<sup>15</sup> CRAS – é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social. Executa serviços de proteção social básica, organiza a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (PNAS, 2004, p.35).

saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Os Programas de Transferência de Renda têm nas condicionalidades, ou nas responsabilidades, não um fator impositivo ou punitivo, como parece a primeira vista. Mas, sim uma oportunidade de vinculá-los ao acesso a bens e serviços essenciais e de caráter universal, e portanto com o estatuto de direito a cidadania, permitindo assim que esses segmentos sociais de baixa renda sejam alcançados a condição de cidadãos (COHN, 2004, p.13).

Para Cohn (2004), esse tipo de programa pode vir a constituir um pilar fundamental na construção de um sistema de proteção social voltado para o bem estar da sociedade, desde que articule de forma criativa e virtuosa Estado, mercado e família. No entanto, ela alerta que “seu êxito depende de não concebê-los como um fim em si, mas como um instrumento ou estratégia que compõe o conjunto de políticas que permitam o enfrentamento conseqüente da questão social da pobreza” (pg. 11).

Percebe-se na forma em que está organizada a política de assistência social uma tentativa de superação das formas tradicionais de atendimento às famílias. Ou seja, o objetivo é atendê-la na sua totalidade e não mais o indivíduo isolado e de não oferecer apenas um atendimento aos problemas pontuais, mas de trabalhar para a superação desses e também para prevenir os riscos e vulnerabilidades que possam vir a ocorrer.

Yasbek (2004), aponta como pontos positivos da Política Nacional de Assistência Social, a incorporação das demandas da sociedade na área da assistência social, a inovação em trabalhar com a noção de território, a centralidade e a proteção à família e sobretudo pela perspectiva de constituição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Um ponto negativo identificado na PNAS é a permanência da visão de que a família pobre precisa ser reestruturada do ponto de vista moral e afetivo (visão de que a família pobre tem “algo” errado, quando precisa ser apoiada). E ainda, a desconsideração de que essa população (usuária dos serviços de assistência social) pertence a uma classe social e que a questão social é sobretudo uma questão política. (YASBEK, 2004.)

### **CAPÍTULO III – A Produção de conhecimento do Serviço Social sobre família.**

Este capítulo tem o intuito de apresentar uma revisão do debate sobre família realizado pelo Serviço Social. Procuramos, a partir das obras de autoras clássicas, do Serviço Social internacional e brasileiro, como Mary Richmond, Balbina Ottoni Vieira e Marilda Villela Iamamoto, identificar as primeiras concepções do Serviço Social sobre a família. A partir desse panorama inicial da profissão buscou-se, cronologicamente, analisar o espaço dado à família pelo Serviço Social brasileiro até os dias atuais.

A partir da análise das publicações do Serviço Social na área de família procurou-se identificar as concepções hegemônicas sobre família no Serviço Social brasileiro de hoje. Elas reproduzem vieses mais conservadores ou uma perspectiva de ruptura, que se constrói a partir das últimas décadas do século XX? Apontam para a incorporação de novos paradigmas na reflexão e ação do Serviço Social no campo da família?

#### **3.1 - A Centralidade da família para o Serviço Social: retrospectiva histórica.**

O Serviço Social surgiu no Brasil a partir das ações sociais da Igreja Católica. Ações que se direcionavam em grande parte às famílias pobres confirmando que o trabalho com famílias está presente desde a origem da profissão. De acordo com Iamamoto (2001, p.213),

O surgimento do Serviço Social se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio da formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como sua doutrina e ideologia”. Predominava no início da profissão a concepção do Serviço Social como uma missão, uma vocação para “fazer o bem-feito”<sup>16</sup>.

A atuação dos primeiros profissionais no Brasil revela a influência do Serviço Social europeu que se caracterizava pelo paternalismo, autoritarismo, doutrinário e a ausência de base técnica. Raichellis (2006) destaca, especialmente, a influência franco-belga, na formação das pioneiras do Serviço Social. Segundo ela, as bases da formação, inspiradas na doutrina social católica (tomismo) e na tradição positivista, assentavam-se em uma ação psicologizante e de individualização dos problemas sociais. De acordo com Silva (2003), a Igreja Católica buscou em São Tomás de

---

<sup>16</sup> Expressão muito usada na época segundo Iamamoto (2000).

Aquino o caráter teológico e filosófico para justificar suas ações. E como a responsável direta pela fundação de várias escolas de Serviço Social no Brasil, possibilitou que os postulados Tomistas se fizessem notar no discurso e no exercício das primeiras assistentes sociais.

Outro fator que deve ser considerado no processo de institucionalização do Serviço Social é a não inclusão da discussão de gênero ou mesmo a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres, por parte das primeiras assistentes sociais. O que, em parte, pode se explicado pelo processo peculiar de formação da profissão: com o recrutamento majoritariamente de moças comprometidas com a doutrina da igreja católica. E as próprias atribuições como; ajudar, educar e cuidar, predominantemente associadas à mulher, que transpostas para a profissão contribuíram para dar uma representação social de subalternidade para profissão<sup>17</sup>.

Segundo Iamamoto (2000, p.104), “Com tal perfil (feminino), o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a ela impostas no mercado de trabalho (...)”. Serve como exemplo o discurso da oradora da primeira turma de formandas em Serviço Social de 1938.

(...) Se são muitas hoje as carreiras que nos oferecem, não me parece feminino toma-las indistintamente. De acordo com sua natureza a mulher só poderá ser profissional numa carreira em que suas qualidades se desenvolvam, em que sua capacidade de dedicação, de devotamento seja exercida. A mulher, e isto apesar de velho é descoberta recente, tem de ser mulher. Como educadora é conhecida a sua missão. Abre-se-nos agora também, com o movimento atual, mais um aspecto de atividade: o serviço social, que apresenta alguns setores especiais de atividade feminina. (LUCY PESTANA DA SILVA, 1938, *apud* IAMAMOTO, 2001, p. 172).

Observa-se que, influenciadas pelo conservadorismo e religiosidade da época, as próprias assistentes sociais não contestavam e, de certa forma, sob o discurso das qualidades “ditas naturais” da mulher chegavam a legitimar e enobrecer a posição profissional que ocupavam. “A mulher é feita para compreender e ajudar (...). A sensibilidade torna-a amável e compassiva. È, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações” (KIEHL<sup>18</sup> *apud* IAMAMOTO, 2001, p.172).

A religiosidade católica influenciou também a concepção que as assistentes sociais tinham sobre a família. Essa, segundo Iamamoto (2000), era reconhecida como

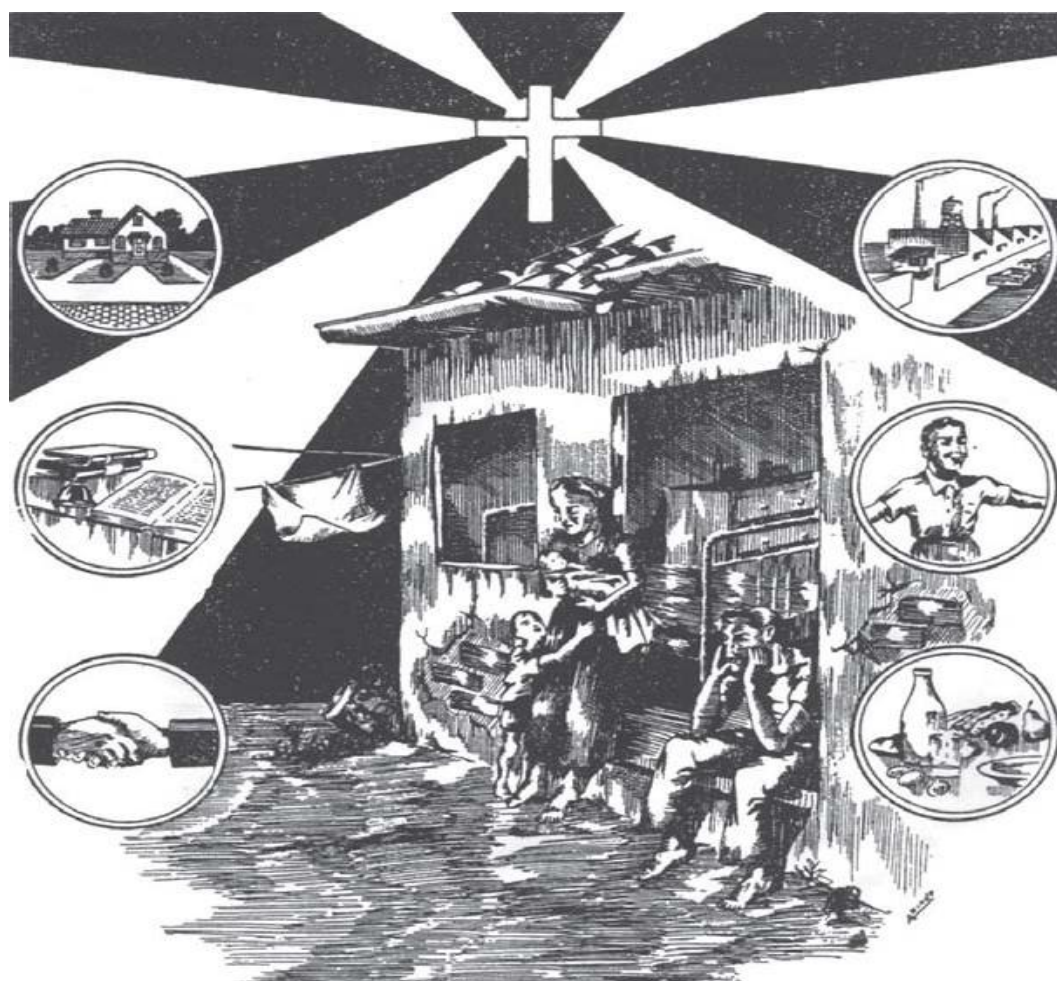
---

<sup>17</sup> Segundo dicionário Aurélio Subalterno: Diz-se daquele que está sob as ordens de outro; inferior. Que não se apresenta sob forma independente.

<sup>18</sup> Maria Kiehl. “Trabalho da mulher fora do lar”. Tese apresentada na 4ª Semana de Ação Social. São Paulo, 1940.

o núcleo primeiro e principal da sociedade na qual os valores morais seriam aprendidos e consolidados, sendo a base da vida em grupo e da estrutura social. A visão que se tinha da família era a partir das funções que ela desempenhava, ou deveria desempenhar. O que, segundo Silva (1982, p.17), fazia com que “as ações propostas enfatizassem medidas para restaurar as funções sociais dessas famílias, para suprir deficiências, para reorientar e conduzir à reprodução de um modelo de família visto como adequado e muitas vezes, o único certo perante determinados valores”. Esse modelo era o da família nuclear, tido como o modelo ideal e capaz de assegurar o cumprimento das funções que as famílias deveriam exercer.

O interesse pelo trabalho com a família e a influência religiosa sobre a profissão é demonstrado na capa do primeiro número da Revista Serviço Social de 1939<sup>19</sup>.



O SERVIÇO SOCIAL AJUDARA' ESTA FAMILIA A DESCOBRIR:

O sentido da vida — A dignidade do trabalho — O amor à vida familiar — O valor da educação — A necessidade de um corpo sadio  
A fraqueza do individualismo e a força da associação.

<sup>19</sup>

Disponível no sitio: <http://www.eesc.usp.br>.

Nota-se que o discurso do Serviço Social se assentava na necessidade de instruir a família acerca das condições higiênicas, sanitárias e morais. Ao pai, chefe da família, de acordo com Iamamoto (2001, p. 207), o Serviço Social deveria fazer com que tivesse ordenado suficiente para a manutenção da família. À mãe, vista como naturalmente vocacionada para os serviços domésticos peça chave na organização do lar, era ofertado cursos de formação doméstica e moral.

Segundo Iamamoto (2001, p.185), a formação das primeiras assistentes sociais era realizada através de um curso intensivo com duração de três meses. Constava de uma série de palestras sobre temas sociais, legais, educacionais e médicos, com ênfase para o problema da “infância abandonada”.

A carência de conhecimentos e metodologias, que marca a fase inicial do Serviço Social será, em parte, suprida com a incorporação da teoria norte-americana estrutural-funcionalista e das metodologias de intervenção, especialmente o Serviço Social de Caso e o Serviço Social de Grupo.

Uma das percussoras na construção de uma teoria e metodologia para o Serviço Social brasileiro foi Vieira<sup>20</sup>. Em seus estudos ela demonstra que a profissão necessitava de uma teoria e uma técnica que fundamentasse o trabalho das assistentes sociais. “O que caracteriza o Serviço Social, no século XX, é a procura constante de um conjunto de princípios, conceitos filosóficos e científicos, aplicáveis através de processos e técnicas diversas às múltiplas situações encontradas” (VIEIRA, 1980, p.79).

Uma grande fonte de influência, para sua obra e para o Serviço Social brasileiro, foi a obra de Mary Richmond, pioneira no processo de profissionalização e institucionalização do Serviço Social norte-americano ao idealizar a aplicação científica às ações de filantropia.

Segundo Vieira (1980), as idéias de Richmond sobre o desenvolvimento de uma metodologia para o Serviço Social foi o que fez com que ela se tornasse a autora mais representativa, na transição do Serviço Social idealista-filosófico para o científico-prático.

O que conquistou a nova geração de profissionais foram as idéias de Richmond sobre a metodologia e processamento (...). Este interesse era, provavelmente, uma necessidade sentida pela profissão: um conjunto de normas e métodos que

---

<sup>20</sup> Balbina Ottoni Vieira, autora clássica do Serviço Social no Brasil. Formou-se em 1943, fez intercâmbio para os Estados Unidos e Alemanha onde se especializou no estudo sobre organização de comunidade. Disciplina que passou a ministrar em 1947, no Brasil. (Informações retiradas da entrevista dada por Vieira à Revista Serviço Social e Sociedade, V.12, 1982).

pudesse ser usado e resultar numa identificação. Além disso, na aplicação do dia-a-dia do método pelos assistentes sociais, tudo o que dissera podia ser verificado e achava-se reforçado pela obra de Richmond” (VIEIRA, 1980, p.87).

Segundo Richmond, “El servicio social de casos individuales es el conjunto de métodos que desarrollan la personalidad, reajustando consciente e individualmente al hombre a su medio social” (1922, p. 67). Percebe-se, que ela dava importância à família em virtude da sua relevância para assegurar o bem estar dos membros individualmente.

Tenemos solamente que recordar hasta que punto, durante ciertos períodos de nuestra historia, el poder de la familia ha dominado el Estado, para comprender que si los trabajadores sociales se interesan por la familia, no es por esta institución en sí, sino por el bienestar del individuo y de la sociedad (RICHMOND, 1922, p.119).

Vieira (1980) declara que, até a metade do século XX, em todos os campos de atuação do Serviço Social, a técnica empregada era o tratamento individual, porém, a família sempre era incluída no atendimento. “O campo de Serviço Social Familiar servia de base a todos os demais”(p.68).

Richmond, de acordo com Vieira (1980, p.87):

Além de enfatizar a importância da família ao trabalhar com indivíduos, salientou que a família tem a sua própria história, diversa da história de cada um de seus membros. É a concepção da direção da vida familiar que determina o significativo e o insignificante. Introduziu, ainda, a ideia de coesão familiar, a influência das tendências escondidas, a importância da afeição, admiração, treinamento e desenvolvimento social na manutenção da família.

A contribuição de Richmond foi sem dúvida muito importante no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. Para Raichellis (2006), o Serviço Social no Brasil alcança maior noção de sistematização técnica e teórica, avança no trabalho com indivíduos e famílias e consolida novas abordagens metodológicas a partir da influência norte-americana.

A metodologia de Casos individuais, desenvolvida por Richmond, foi bastante utilizada no Brasil. Segundo Iamamoto (2001), em 1949 durante a realização do 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, com o tema “O Serviço Social e a Família”, foram registradas críticas quanto à eficácia da utilização desse método, para os problemas da família brasileira. Porém, a maioria das assistentes sociais presentes rejeitou a crítica e reafirmou o caráter fundamental do Serviço Social de casos individuais e sua compatibilidade enquanto método para qualquer situação de

desajustamento. O enfraquecimento desse método só viria ocorrer com os questionamentos sobre o conservadorismo na profissão, a partir de 1960.

Antes, porém, durante a década de 1950 e início da década de 1960, o Serviço Social participa da política desenvolvimentista, que enfatizava a aceleração econômica incentivada pela industrialização e modernização. O desenvolvimento de comunidade era uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia da ideologia americana (capitalismo). Esta política visava preservar o mundo livre de ideologias não-democráticas<sup>21</sup>. Ao Serviço Social cabia contribuir no aprimoramento do ser humano (BRANDÃO, 2006, p.48).

Segundo Raichellis (2006), o desenvolvimento de comunidade ficou muito limitado ao meio rural. Mas mesmo assim, de acordo com Costa (2000), relativizou a importância do trabalho com as famílias. Por ser considerado um desvio de energia e conhecimentos que poderiam ser mais bem aproveitado e traria mais benefícios se realizado com a comunidade.

Foi na esteira do desenvolvimentismo, com a utilização de estratégias como prosperidade e progresso social para legitimar o capitalismo, que o Serviço Social se viu diante de uma contradição. Pois, a configuração historicamente assumida pelos profissionais coloca-os a serviço do capital, embora o ideário de categoria fosse o de articulação com os dominados (Brandão, 2006). Tal situação fez surgir, entre alguns profissionais, questionamentos sobre o papel do Serviço Social o que desencadearia o chamado Movimento de Reconceituação.

Esse movimento foi, de acordo com Raichellis:

Constituído por grupos de profissionais de vanguarda reunidos em torno do questionamento das bases conservadoras do Serviço Social. Da importação acrítica de modelos de intervenção e na defesa de um Serviço Social latino-americano comprometido com um projeto de desenvolvimento para o continente (2006, p.07).

A Reconceituação rompe com a orientação positivista-funcionalista e busca fundamentação teórica na teoria marxista<sup>22</sup>. A profissão ao adotar o método dialético amplia a concepção de realidade social. Permitindo que se perceba o homem na sua relação com os outros, inserido numa sociedade em que estão presentes conflitos,

---

<sup>21</sup> A partir da década de 1950, o Desenvolvimento de Comunidade passa a ser recomendado, pela ONU e Estados Unidos, como estratégia para superação dos problemas sociais dos países subdesenvolvidos (Raichellis, 2006).

<sup>22</sup> Cabe salientar a ressalva que faz Yamamoto (2001) quanto à aproximação inicial do serviço social com a teoria marxista que foi segundo ela, “uma aproximação de um marxismo sem Marx”. Isso porque os profissionais se utilizavam de interpretações de outros autores e não da obra do próprio Marx.



desigualdades e problemas sociais que fazem parte do contexto global da sociedade. E, assim, redimensionar a sua prática a fim de formular alternativas de ação condizentes às proposições do homem enquanto sujeito histórico, isto é, instala-se a luta pela superação das consequências das desigualdades entre classes (BRANDÃO, 2006).

A percepção ampliada da realidade possibilitou que se alterasse a concepção naturalizada e a - histórica que se tinha da família no Serviço Social. “A orientação que passou a prevalecer, baseada em uma visão transformadora e crítica da sociedade, propiciou a percepção da família no interior de uma questão mais ampla, contraditória e complexa do conflito de classes (...)” (COSTA, 2000, p. 23).

A consolidação da teoria marxista no meio profissional levou as assistentes sociais a questionar e protestar contra os sistemas de dominação e exploração como o capitalismo, o racismo e o patriarcalismo, aproximando o Serviço Social dos estudos de gênero. De acordo com Iamamoto, o movimento de reconceituação e o movimento feminista não se estabeleceram separadamente e, ambos tiveram rebatimento na profissão.

Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a mulher na visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira, que renasce com vigor no combate ao último período ditatorial, em parceria com as lutas pelo processo de democratização da sociedade e do Estado no país (IAMAMOTO, 2000, p. 105).

A Reconceituação ao romper com o paradigma positivista/funcionalista, e ao propor uma ação profissional a partir do pensamento crítico-dialético, abriu caminhos para a renovação do exercício profissional. Mas, deve ser ressaltado que não se tratou de um movimento homogêneo e, que não alcançou de imediato os objetivos pretendidos para a profissão. Segundo Brandão (2006), entre os profissionais estabeleceu-se uma tensão entre os propósitos políticos anunciados e os recursos teórico-metodológicos acionados para iluminá-los; entre pretensões político - profissionais progressistas e os resultados efetivamente obtidos.

É somente nos anos 1980, segundo Iamamoto (2000), que o Serviço Social alcança a maioria intelectual e profissional ao voltar para si próprio, passando da negação do tradicionalismo profissional ao trato efetivo de seus dilemas e impasses internos, tanto no campo teórico quanto na prática cotidiana. Desse processo resultou a reformulação do Código de Ética e do currículo mínimo para a formação profissional, além de iniciar a discussão sobre o projeto ético-político.

Na década de 1980, no interior do Serviço Social, começa se gestar um projeto profissional. Que trás o comprometimento com os direitos humanos e sociais, com a ampliação da democracia social e econômica, com a qualificação das políticas públicas e a construção da cidadania para todos (RAICHELLIS, 2006, p.09).

Com base no novo projeto ético-político-profissional o Serviço Social busca imprimir em suas intervenções uma perspectiva emancipatória, rompendo totalmente com os processos coercitivos, morais e disciplinadores. Exigindo que a assistente social tenha amplo conhecimento das novas formas de produção e das expressões da questão social que são os objetos do seu trabalho, além de ter uma postura crítica baseada nos valores que o projeto profissional postula (NETTO, 1999).

Outro acontecimento que repercutiu no Serviço Social foi a redemocratização do país e a nova Constituição, ao assegurar a assistência social como política pública. Nesse contexto, abrem-se novas possibilidades de exercício profissional ao assistente social comprometido com a ampliação de direitos e difusão de uma cultura pública na sociedade brasileira (RAICHELLIS, 2006).

A mudança constitucional imprimiu transformações importantes em toda a sociedade, atingindo de forma mais significativa a família. Segundo Lôbo (2004), a Constituição de 1988, expande a proteção do Estado à família, promovendo a mais profunda transformação que se tem notícia, entre as constituições mais recentes de outros países. Ele destaca os seguintes aspectos:

a)a proteção do Estado alcança qualquer entidade familiar, sem restrições, explícita ou implicitamente tutelada pela Constituição; b)a família, entendida como entidade, assume claramente a posição de sujeito de direitos e obrigações; c)os interesses das pessoas humanas, integrantes da família, recebem primazia sobre os interesses patrimonializantes; d)a natureza socioafetiva da filiação prevalece sobre a origem exclusivamente biológica; e)consuma-se a igualdade entre os gêneros e entre os filhos; f)reafirma-se a liberdade de constituir, manter e extinguir entidade familiar e a liberdade de planejamento familiar, sem imposição estatal; g)a família configura-se no espaço de realização pessoal e da dignidade humana de seus membros” (LÔBO, 2004, p.20).

As inovações na posição do Estado em relação à família, aliada à centralidade dada a ela nas políticas sociais contribuem para o resgate da família como um espaço privilegiado da prática das assistentes sociais.

### **3.2 - A Família na Produção do Serviço Social pós Movimento de Reconceituação.**

A família que havia sido fundamental para o trabalho dos assistentes sociais, depois da década de 1950, foi de certa forma colocada de lado. Primeiro pelas mudanças ocasionadas com a introdução do método de desenvolvimento de comunidade que, segundo Costa (2000), relativizou o trabalho com famílias em seguida, em consequência da reconceituação, houve uma concentração de estudos sobre a própria profissão.

Na década de 1980, quando a família volta a ser valorizada nas intervenções sociais, estabelece-se um descompasso entre os métodos utilizados e as novas teorias incorporadas pela profissão. Para Silva, “parecia não haver um consenso e clareza quanto às explicações e formas de atuar junto ao grupo familiar, prevalecendo em alguns momentos concepções naturalistas de família, moralistas e não históricas” (1982, p.16).

A partir de então, as questões que passam a permear as discussões das assistentes sociais, que estudam a família, é a necessidade de superar processos de intervenções ultrapassados teórica e metodologicamente para que se tenha um trabalho crítico e qualificado, em uma área de intervenção consolidada historicamente, no Serviço Social, como é a de família.

Na atualidade, uma das mais importantes estudiosas contemporâneas do trabalho do Serviço Social, na área de família, é Regina Célia Tamasso Miotto. Essa autora discute e propõe alterações na metodologia de intervenção dos profissionais nessa área, pois, para ela, “há uma contradição na relação teoria e prática”, uma vez que, o debate no âmbito da profissão, é ainda incipiente e não condizente com a tradição que o serviço social tem no trato com as famílias (MIOTTO,1997).

Ela propõe também uma nova definição para família<sup>23</sup>.

Família é um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida (MIOTTO, 1997, p.120).

Para Miotto (1997), a discussão ou a não discussão da temática família pelo Serviço Social se revela um dos grandes impasses da profissão. Pois, a família é, e foi

---

<sup>23</sup> A definição de família apresentada por Miotto é a mais encontrada nos trabalhos e literatura sobre o tema na área de Serviço Social.

desde o início da profissão, objeto de intervenção das assistentes sociais. O que não garantiu que houvesse um debate teórico mais expressivo sobre o tema por essas profissionais. Como argumento para sua afirmativa Miotto cita uma pesquisa realizada em 1996<sup>24</sup>, na qual se verificou que na revista *Serviço Social e Sociedade*<sup>25</sup>, até aquela data, havia publicado somente trinta artigos que faziam referência sobre família.

Sobre a atuação das assistentes sociais com a família Miotto (2004, p.02) afirma que “apesar do progresso na discussão teórico - metodológica e ético-político e do trabalho com famílias fazer parte da história da profissão, a atuação dos assistentes sociais na área continua muito aquém das exigências que lhes estão sendo colocadas”. Para a Miotto o reconhecimento dessa deficiência requer que os profissionais revejam as formas clássicas de atenção à família. A intervenção clássica, segundo ela, sempre esteve pautada no indivíduo problema e não na família e esse tem sido um dos motivos de não se conseguir alcançar os objetivos esperados.

A ilusão da família como participante do processo de ‘tratamento’ e ‘recuperação’ de seu membro problema se desvanece. Aliás, à medida que a ação profissional se volta para o problema individual, a tendência é exigir das famílias determinadas mudanças. Dado o comprometimento da estrutura familiar, o grupo não tem condições de efetuar as mudanças. Além disso, tais exigências podem sobrecarregar ainda mais a dinâmica familiar. Nesses casos a intervenção profissional pode se transformar em mais uma fonte de estresse familiar”. (MIOTTO, 1997, p.125).

A organização dos espaços institucionais é apontada por Miotto (1997) como um dos fatores que contribuíram para que a atuação dos/as assistentes sociais tenha se direcionado para o indivíduo problema e não a família.

Os espaços institucionais (...) em sua maioria, estão organizados para trabalhar na perspectiva do usuário problema. Ou seja, o usuário privilegiado é a criança, o adolescente, a mulher, o idoso dentro de situações específicas tais como doença, delinquência, abandono e maus-tratos (MIOTTO, 1997, p.123)<sup>26</sup>.

As consequências desta forma de atendimento, segundo ela, são “as dezenas de encaminhamentos que as famílias enfrentam. Estas são encaminhadas aos mais

---

<sup>24</sup> A pesquisa foi o Trabalho de Conclusão de Curso de sua aluna Adriana Nunes Goulart. “Serviço Social e Família: revisando a literatura”. Florianópolis, SC. 1996

<sup>25</sup> Revista considerada de circulação nacional e considerada como uma das mais importantes para o Serviço Social.

<sup>26</sup> Essa pode ser a possível explicação para a dificuldade das assistentes sociais, entrevistadas por Silva, em trabalhar com a família, uma vez que, na época, as políticas sociais eram dispersas e voltadas para os segmentos tidos como mais vulneráveis, não tendo uma perspectiva de atendimento da família na sua totalidade.

variados serviços e profissionais para darem conta de seus diversos problemas, como se estes não fizessem parte da mesma estrutura” (MIOTO, 1997, p.124).

A partir de estudos e pesquisas sobre a questão<sup>27</sup> Miotto (2004) afirma que;

A intervenção do/as assistentes sociais com famílias ainda se movimenta através de processos pautados nos padrões de normatividade e estabilidade. Ou seja, as ações continuam calcadas na perspectiva da funcionalidade e relacionadas aos processos de integração e controle social (p.03).

A autora concluiu que, de forma geral, a intervenção dos assistentes sociais, com família, tem sido marcada;

- pela ausência de discriminação quanto à natureza das ações direcionadas ao atendimento das famílias, em muitos serviços. Assim, prevalece o uso de uma linguagem do senso comum em detrimento de uma linguagem técnico-científica em relação à prática profissional;

- pela utilização de categorias de análise sem o devido conhecimento ou discernimento quanto às matrizes teóricas às quais estão vinculadas;

- pela articulação explícita entre referências teóricas e ação profissional que aparece quando o Assistente Social tem uma formação específica na área de família, que geralmente é feita em outras áreas, como a terapia familiar. Contribuindo para o projeto hegemônico de “psicologização” dos problemas sociais;

- pelos processos de intervenção com famílias que são pensados apenas no âmbito do atendimento direto – dirigido às famílias que, por pobreza ou falimento nas suas funções, são tidas como incapazes ou patológicas.

Para a autora, tais características sugerem que as ações profissionais “são movidas por lógicas muito mais arcaicas e enraizadas culturalmente, tanto no seu universo afetivo como institucional, do que pela lógica da racionalidade dada pelo arcabouço teórico-metodológico da profissão pós-reconceituada”(MIOTO, 2004, p.04).

Em outra análise, sobre a dimensão da instrumentalidade do exercício profissional, Miotto (2004, p. 6) mostrou que paradoxalmente, além da descrição de uma prática profissional pouco qualificada e de natureza funcional. “De uma maneira geral a/os assistentes sociais possuem uma visão crítica da realidade e realizam a articulação entre as questões estruturais/conjunturais e as demandas que lhe são

---

<sup>27</sup> A pesquisa “Por onde caminham os processos de intervenção dos assistentes sociais em famílias com condutas autodestrutivas”, a autora observou a intervenção de assistentes sociais na cidade de Florianópolis (SC).

colocadas cotidianamente”. Desta forma, a autora defende que a transformação dos processos de intervenção com famílias, “implica em algo mais que a crítica dos profissionais sobre a realidade e a consciência de que a solução das demandas não está nos limites dos serviços”.

Mioto (2004) aponta como empecilho para que as assistentes sociais rompam com o conservadorismo na prática profissional: primeiro, às formas vigentes de capacitação profissional para intervir com famílias, à incipiente produção bibliográfica sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social pós-reconceituação, bem como à natureza e complexidade das atuais ações profissionais<sup>28</sup>. Segundo, ela argumenta sobre a necessidade de resgatar a dimensão emancipatória da instrumentalidade do exercício profissional, pois é através dela que a profissão poderá superar o seu caráter eminentemente operativo e manipulatório dado pela condição histórica do surgimento da profissão (MIOTO, 2004, p.06).

A atualidade do tema, principalmente após a colocação da família como principal parceira e/ou sujeito da atenção dos diversos programas, projetos e serviços sociais previstos nas políticas sociais que têm as assistentes sociais como as principais profissionais a atuarem nessa área, trás para o Serviço Social a necessidade de reatualização da discussão sobre a questão. “O trabalho com famílias tem se constituído numa fonte de preocupação para os profissionais que trabalham na área, tanto pela atualidade do tema como pela sua complexidade” (MIOTO, 2004, p.01).

Sobre a complexa combinação de saberes e de práticas que se exige dos assistentes sociais, demandando desses uma qualificação continua, é uma questão apontada há tempos por Iamamoto. “O Serviço Social na contemporaneidade (...) exige um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade” (2000, p.49).

Como superar as deficiências? Tanto para Iamamoto (2001) como Mioto (2004) a superação passa pela consolidação do atual projeto ético-político da profissão, pela qualificação das ações profissionais nessa área e a afirmação do espaço do Serviço Social num campo cada vez mais disputado por outras profissões.

Acreditamos que uma das formas para melhorar a qualificação profissional passa pelo intercâmbio da informação entre as assistentes sociais, e também que as

---

<sup>28</sup> A complexidade das ações de acordo com Tosco (*apud*, MIOTO 2004, p.08) é dada por um conjunto de fatores que as tornam altamente variáveis, imprevisíveis e sujeitas as contínuas transformações.

publicações representam uma forma de diálogo através das quais os profissionais trocam e apreendem novos conhecimentos teóricos e práticos. E, foi por esse motivo que resolvemos verificar o que tem sido publicado pelas assistentes sociais sobre família, após o Movimento de Reconceituação.

O primeiro livro encontrado data da década de 1980, “*Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia*”. Nesse livro, Silva (1982) discute sobre o trabalho das assistentes sociais com a família, a concepção de família predominante na sociedade e na visão desses profissionais na época. A obra é um marco da discussão na área e foi tomado como referência em quase todos os estudos desenvolvidos posteriormente, justamente por ser um dos poucos a abordar questões referentes a intervenção profissional com famílias.

O livro é o resultado de uma pesquisa, realizada por Silva, sobre a atuação do Serviço Social com famílias. Com a pesquisa a autora constatou que as assistentes sociais, que participaram do estudo, tinham pouca clareza quanto a definição de família. “Utilizam-se de explicações pouco elaboradas sobre a instituição familiar. (...) que privilegiam a compreensão da família enquanto instituição natural (...) um grupo fechado, desvinculado da dinâmica social” (1982, p.166).

Sobre a forma de intervenção com as famílias, a autora observou:

Foi possível perceber que a maioria das entrevistadas têm muitas idéias quanto a melhor forma de atuar com a problemática familiar, mas que na prática concreta lançam mão de um limitado número de formas de ação, que podem ser consideradas como aquelas que permitem uma resposta imediata às situações apresentadas (1982, p. 146).

Silva identificou ainda que dificuldades institucionais, como a ausência de políticas específicas que contemplassem a família<sup>29</sup>, a falta de recursos<sup>30</sup>, as próprias mudanças na profissão, repercutiam no trabalho das assistentes sociais.

Encontramos no próprio discurso das assistentes sociais, os indícios de que através das contradições que ocorrem em sua própria prática abrem-se os caminhos de uma adesão menos cega ao jogo ideológico das camadas dominantes. Ao mesmo tempo que explicam, propõem e realizam uma prática de natureza imediatista e condicionada pelos objetivos sociais e institucionais, precipuamente a serviço da reprodução do sistema, mas enxergam e se confundem e se tornam perplexas com as dificuldades e mínimos resultados obtidos. Precisarão, então neste jogo de contradições, encontrar explicações que lhes permitam entender os caminhos e descaminhos da família (SILVA, 1982, p.171).

---

<sup>29</sup> “Eu não sei se existe política voltada para a família. Não existe especificamente voltada para a família, pelo menos como existe em outros campos”. (Resposta dada por uma das entrevistadas. Silva, 1982, p.160).

<sup>30</sup> “Tudo requer recurso de ordem pública (institucional) porque muitas vezes a gente sabe o que é indicado e adequado, mas nem sempre pode contar com o recurso para o encaminhamento” (p. 147).

A década de 1990 foi marcada por debates para a elaboração de políticas públicas, previstas na Constituição Federal de 1988. Dentre as quais se destacam o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a Política Nacional do Idoso, de 1994, e a Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993. Esse momento pode ser caracterizado como um período de contrastes, pois são editadas legislações que confirmam e estendem os direitos sociais, assiste-se o fortalecimento de ideologias neoliberais, contrárias à efetivação dos direitos sociais legalmente definidos pela Constituição.

Nesse contexto contraditório, de extensão de direitos com retração da atuação do Estado, que se difundem os discursos da solidariedade social, das parcerias entre Estado e sociedade civil e do convocamento da família para compartilhar responsabilidades sociais. Carvalho (2000) enfatiza que, a partir desse momento, as redes de solidariedade e sociabilidade engendradas a partir da família ganham importância na política social, devido a sua potencial condição de assegurar proteção e inclusão social.

No Serviço Social foram consolidados indiscutíveis avanços decorrentes do acúmulo teórico-crítico iniciado nos anos de 1960, como a aprovação do Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Lei que Regulamenta a Profissão em 1993 e as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil, de 1996.

O novo projeto profissional, preconizado no código de ética e na lei de regulamentação da profissão, trás o compromisso com a defesa dos direitos sociais, cidadania, justiça, liberdade e com o repúdio a todas as formas de preconceito. Nele as questões de gênero são colocadas como uma questão para o Serviço Social, expressa claramente nos princípios fundamentais do código de ética;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”. “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1997, p.18).

Na década de 1990, a temática de gênero ganha relevância no Serviço Social com o aumento dos estudos e a crescente demanda por profissionais qualificados para trabalhar com esse tema. Com a realização da primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, em 2004, que afirma a necessidade de se trabalhar as discriminações etárias, étnicas, de gênero, deficiência, dentre outras, aumenta o reconhecimento da importância dessa forma de abordagem no cotidiano das políticas sociais.



A nossa percepção é que a incorporação da temática de gênero, no Serviço Social, ainda encontrar-se muito restrita à academia e a profissionais que se capacitam para trabalhar em campos específicos, que requerem esse tipo de conhecimento, como os programas destinados à violência contra mulheres. Nas intervenções sociais com a família, apesar de ainda não ser perceptível na maioria dos campos, a tendência é que haja uma inserção cada vez maior, principalmente com a aprovação da PNAS, que propõe a inclusão de gênero nos atendimentos às famílias.

A análise das publicações, da década de 1990, revela a prevalência de reflexões em torno da parceria entre Estado e família. Tendo como preocupação central verificar como se estabeleceria esse compartilhamento de responsabilidades, expressam também a necessidade de se conhecer melhor a família brasileira, suas configurações e o perfil dos diferentes grupos familiares.

O interesse e a importância social atribuída à família fizeram com que o ano de 1994 fosse declarado, pela Organização das Nações Unidas – ONU, como Ano Internacional da Família. O que motivou, no Brasil, o debate de especialistas em pesquisas na área de família. Do resultado dessas discussões foram publicados dois livros “A Família contemporânea em debate” e “Família brasileira a base de tudo”.

“*A família contemporânea em debate*” aborda a temática da família na visão de especialistas das áreas de antropologia, sociologia, psicologia, direito e serviço social. Tendo como destaque principal a política social brasileira, os artigos apresentam dados e análises para se pensar iniciativas públicas e institucionais acerca das famílias. Abordam também a necessidade de ampliação do conceito de família a fim de incorporar a multiplicidade dos novos arranjos familiares.

Segundo Carvalho, “a publicação vem responder a uma demanda de profissionais por novos conhecimentos que os habilitem a se relacionar/trabalhar com famílias”. Os artigos escritos por assistentes sociais<sup>31</sup> discutem a posição da família na política social através da sua revalorização como agente capaz de assegurar a proteção de seus membros e a socialização dos indivíduos por meio das relações intergeracionais. E não fazem referência direta sobre o Serviço Social nem a atuação profissional com famílias.

Com o objetivo de debater temas e aspectos do mundo familiar o livro “*A família brasileira a base de tudo*” apresenta uma coletânea de artigos de tratam de

---

<sup>31</sup> “O lugar da família na política social” – Maria do Carmo Brant de Carvalho (organizadora).  
“Socialização e família: uma análise intergeracional” – Maria Amália Faller Vitale.

problemas antigos e atuais que atingem a família. O livro apresenta uma contribuição expressiva dos profissionais de Serviço Social. Eles trazem a discussão das políticas sociais e do histórico da família no Brasil, debatem questões como a eliminação da pobreza, o acesso à saúde, à educação e à alimentação, a erradicação do trabalho infantil, a promoção da igualdade entre gêneros e a proteção das crianças, adolescentes.

O livro *“Famílias, redes, laços e políticas públicas”* (2002) foi elaborado a partir dos trabalhos apresentados no seminário com o mesmo título. Segundo as organizadoras o objetivo do seminário foi: reunir reflexões e experiências nas diversas formas de atenção às famílias, criar espaços de conversação entre os participantes. E buscar respostas para questões como: quais os sentidos que norteiam as ações com as famílias? Quais as metodologias mais significativas de trabalho com as famílias? Como tem se dado as relações entre as solidariedades familiares, as redes de sociabilidade e as políticas sociais?

A forma como o livro foi organizado permite que os leitores tenham primeiro uma compreensão dos aspectos contemporâneos da família como as mudanças nos comportamentos e relacionamento entre os membros. Discuti-se, por exemplo, questões como a criança e o jovem no contexto familiar as relações de gênero e intergeracionais. Em seguida são apresentados os relatos dos profissionais sobre as atividades desenvolvidas em programas direcionados à família. Esse capítulo é particularmente interessante por apresentar algumas metodologias adotadas por assistentes sociais no trabalho com as famílias, permitindo uma aproximação da teoria com a prática o que não estava presente nos livros anteriores. Os artigos finais discorrem sobre a relação das políticas públicas e a família.

*“Política social, família e juventude - Uma questão de direitos”* (2004) o debate gira em torno da colocação da família nos programas sociais. A partir de diferentes abordagens os autores argumentam sobre a importância das políticas públicas dirigidas à infância e à adolescência. Demonstram que a violação dos direitos da criança e do adolescente mantém estreita correlação como a desproteção da família, em decorrência da ausência de políticas sociais efetivas dirigidas à ela. Debatem sobre a transferência da responsabilidade do Estado para família em nome da solidariedade familiar. E suas implicações como famílias cada vez mais vulneráveis e distantes da perspectiva de cidadania social expressa na Constituição Federal de 1988.

A adoção e garantia do direito a convivência familiar de crianças e adolescentes, são temas abordados nos demais livros. *“Adoção consentida do*

*desenraizamento social da família à prática de adoção aberta*” é o resultado da pesquisa de Dalva Azevedo Gueiros<sup>32</sup> sobre a adoção consentida<sup>33</sup>.

Segundo Gueiros, o processo de adoção consentida é o que provoca maior polêmica, pois, os pais biológicos entregam, por livre vontade, a criação do filho a uma família ou mãe escolhida, que e vão juntos à vara de adoção para dar entrada ao processo legal. A sociedade criou o mito da maternidade, ou seja, a mãe, por obrigação, deve criar o filho que gerou. Ela discute que esse conceito social sobre o ser mãe é que provoca os preconceitos sobre a adoção, especialmente a consentida. A existência de preconceitos em relação a esse tipo de ação por parte da própria justiça devido a suspeita de troca de favores, suborno, ou até venda de bebês”. E argumenta que na discussão da adoção tem que ser levado em conta que criar um filho depende de diversos fatores, e que uma mãe deve ter o direito de entregar seu filho para ser criado em melhores condições.

*“Acolhendo Crianças e Adolescentes – experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil”<sup>34</sup>* discute o antagonismo entre o direito a convivência familiar, garantida nas legislações<sup>35</sup> nacionais, e o processo de institucionalização. Apresenta experiências e metodologias que valorizam o papel da família como principal espaço psicossocial para receber e manter crianças e adolescentes<sup>36</sup>. Além de trazer uma contribuição para o processo de mudança da cultura que prioriza a institucionalização em detrimento da convivência família e comunitária preconizada no Estatuto da Criança e do adolescente.

---

<sup>32</sup> Assistente Social do Tribunal de Justiça de São Paulo.

<sup>33</sup> De acordo com a pesquisa, entre 60% e 70% dos casos de adoção no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) são consentidas.

<sup>34</sup> Segundo a coordenadora, o livro é o resultado de uma pesquisa baseada em cerca de 100 entrevistas com profissionais que atuam em 28 iniciativas, em 15 municípios de 7 estados do país.

<sup>35</sup> Artigo 227 da Constituição Federal – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. E ECA, Art. 19 - Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

<sup>36</sup> São citados o apadrinhamento afetivo, acolhimento de mães e filhos para manutenção de vínculos, acolhimento familiar em famílias provisórias com objetivo de retorno a família de origem, acolhimento institucional provisório acompanhado de trabalho com a família visando a reintegração, grupos de apoio para reintegração, grupos de apoio a família em situações para manutenção da criança em sua família.

De forma geral, os livros publicados após os anos 2000, expressam a necessidade em se conhecer melhor a família brasileira. Os artigos apresentam análises sobre a situação da família, experiências de profissionais que atuam em programas e projetos dirigidos à ela e proposições para melhorar o atendimento. A necessidade de aprofundamento nas informações sobre a família decorreu também do processo para a implantação da Política Nacional de Assistência Social de 2004.

Outro tema bastante destacado foi a garantia do direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, previsto na Constituição de 1988, no ECA e também no SUAS – Sistema Único da Assistência Social, por meio do programa PAIF<sup>37</sup> e também Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária<sup>38</sup> aprovado em 2006.

Ao retomar a hipótese inicial, de que a permanência de práticas conservadoras nas intervenções com as famílias, pelo Serviço Social, é reflexo dos poucos estudos e produções, desenvolvidos pelas assistentes sociais, e contrastar com o resultado da pesquisa, que nos mostrou que somente 5,11% dos livros de Serviço Social, publicados pela Editora Cortez, trazem citação direta à família, a conclusão que chegamos é que a insuficiência de publicações pode ser considerada sim como um fator que colaborara para a continuação dessa forma de intervenção. Pois, o pressuposto é que as publicações são um ponto de referência profissional que sinalizam para as questões que estão sendo discutidas na profissão. Por serem um meio de circulação da informação e do conhecimento, que contribuem para o aperfeiçoamento teórico e prático dos profissionais.

Cabe ressaltar, que entendemos que um fato não pode ser atribuído a apenas uma única causa. Assim, o que se pode afirmar com certeza é que a relevância da família para a profissão não é expressa nas publicações, ou seja, os assistentes sociais escrevem pouco sobre ela. Pois, considerando o percentual das publicações percebe-se que esse é muito pequeno e, desse total, quando são consideradas somente as publicações individuais de assistentes sociais o percentual cai para apenas 1,7%.

Quanto as principais categorias, destacadas nos livros, observamos que os estudos concentram a abordagem da família a partir da sua relação com a política social, os direitos sociais e questões referentes à criança e adolescentes e que pouco se falou sobre a prática ou intervenção profissional.

---

<sup>37</sup> Programa de Atenção Integral à Família.

<sup>38</sup> Pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério de Desenvolvimento Social.

Mioto (2004) também chama a atenção para esse fato, segundo ela, no campo da produção bibliográfica do Serviço Social, a discussão sobre as questões da intervenção profissional tem sido feita de maneira genérica e com centralidade no “dever ser”, ou seja, restringe-se à competência teórico-metodológica, compromisso com a realização dos princípios e diretrizes do Código de Ética e capacitação técnico-operativa. O que, de acordo com a autora, colabora para o conservadorismo nas intervenções, uma vez que, que há uma tendência de se tomar como óbvio os fundamentos ou conteúdos das ações profissionais, encarando tanto como rotina a realização de certas ações como acreditando na existência de um consenso sobre elas.

Assim, a conclusão que se chega é que para a construção de novas possibilidades para a prática profissional, das assistentes sociais com famílias, é necessário que essa seja uma questão debatida no cotidiano profissional, nos estudos e pesquisas. Pois, somente a partir de estudos é que poderemos construir as referências necessárias para o exercício da prática profissional (MIOTO, 2004).

É indispensável também que o conhecimento acumulado se reflita na produção bibliográfica possibilitando que um número cada vez maior de profissionais, das mais variadas áreas, tenha acesso a ele. Pois, como afirma Rosa (2006), o trabalho com família é indiscutivelmente parte do cotidiano de trabalho do assistente social na quase totalidade de suas áreas de intervenção.

Acreditamos que a ampliação dos estudos nesse campo possibilitará que os profissionais intervenham melhor em uma área consolidada historicamente na profissão e, também contribua para a formulação de novas concepções e perspectivas de intervenção com família, de acordo com os pressupostos e diretrizes preconizadas pelo Serviço Social contemporâneo.

## **Considerações finais.**

Este estudo teve como objetivo: investigar a relação entre o Serviço Social e a família, tendo como pressuposto fundante a afirmativa da autora Regina Célia Tamaso Miotto, segundo a qual, os processos de intervenção com família pouco evoluíram, após o Movimento de Reconceituação, permanecendo com características conservadoras, funcionais e de integração e controle social. Não estando, portanto, condizentes com o atual arcabouço teórico-metodológico da profissão pós-reconceituação.

Para desenvolver o estudo considerei importante primeiro, entender o significado do que seja a família, suas várias definições, as múltiplas formas de organização e funções e a relação que o Estado estabelece com ela na organização do sistema de proteção social.

Inclui a discussão sobre as relações de gênero por entendemos que a família é o espaço privilegiado onde se desenvolvem novas formas de relacionamento entre gêneros. Local onde são dados os passos iniciais na socialização, quando as crianças aprendem com os adultos, os primeiros valores, as primeiras atitudes frente aos outros e a si, incorporando os primeiros conceitos e (pré)conceitos.

Ao abordar a relação família e proteção social, no Brasil, percebi que ela foi constante, porém descontínua em questão de importância. A família foi, inicialmente, tratada com práticas de benevolência e caridade e depois, como instituição fundamental no desenvolvimento de políticas sociais, e para aplacar os efeitos dos problemas econômicos e sociais, como a pobreza.

Mas, percebe-se que o Estado ao mesmo tempo em que conferiu direitos, muitos dos quais não é capaz de assegurar, atribuiu à família uma co-responsabilidade para prover a proteção de seus membros, que ela também não consegue garantir. Demonstramos a transferência de responsabilidade está presente em uma série de leis como: ECA, SUS, Estatuto do Idoso, entre outros diversos programas sociais.

Constatei também que a sobrecarga da família recai particularmente sobre a mulher “a mãe”. Ela é colocada como a grande articuladora entre a família e a rede de serviços, uma vez que, eles estão centrados na figura feminina. O que me leva a chamar a atenção para a necessidade de se pensar políticas públicas que levem em consideração a grande demanda de trabalho que a mulher enfrenta diariamente. Políticas que sejam capazes de atendê-la e de valorizá-la para além de mãe, cuidadora,

chefe de família, dona de casa, mas também como mulher, trabalhadora, entre tantos outros papéis que ela realiza.

Na análise da hipótese que objetivou este estudo, verifiquei primeiro, por meio de obras das autoras clássicas e contemporâneas, a centralidade da família para o Serviço Social e comprovei que ela é sim uma instituição central para a profissão. Uma vez que, quase todas as intervenções das assistentes sociais de alguma forma estão interligadas à família.

Porém, ao revisar a literatura constatei que a afirmação da autora Mito, sobre a intervenção das assistentes sociais com a família, é correta. Ou seja, mesmo com as amplas mudanças ocorridas na profissão pós-reconceituada, o que temos hoje em termos de intervenção com famílias é muito parecido com o que as primeiras assistentes sociais realizavam, que são, segundo Mito (2004), processos pautados nos padrões de normatividade e estabilidade calcados na perspectiva da funcionalidade e relacionadas aos processos de integração e controle social.

Para a realização da pesquisa parti da hipótese que há pouca produção bibliográfica sobre a intervenção com família no Serviço Social, o que revela a permanência de concepções e modelos de intervenção tradicionais e a incipiente reflexão crítica existente sobre o tema. Entendo que a produção bibliográfica do Serviço Social é um canal de difusão dos estudos e pesquisas, que possibilitam um diálogo, por meio da qual os profissionais trocam e apreendem novos conhecimentos teóricos e práticos. Nesse sentido verificar o que tem sido publicado pelas assistentes sociais sobre família, após o Movimento de Reconceituação, me permitiu conhecer o que foi produzido e quais as perspectivas contempladas nas obras.

O resultado encontrado foi que, dos livros, publicados pela Editora Cortez, após 1980, apenas 5,11% fazem citação direta ao assunto no título. O que me levou a concluir que, dada a centralidade da família para o serviço social, é muito pouco o que se tem de produção sobre ela. Principalmente se comparado a outros temas como ética, direitos sociais e políticas sociais, que têm grande destaque nas publicações. E, a acreditar que esse é sim um fator que colabora para que as assistentes sociais não consigam romper com práticas conservadoras na intervenção com família. Principalmente, porque desse total, quando são consideradas somente as publicações individuais das assistentes sociais, o percentual cai para apenas 1,7%, dentro do qual a discussão sobre os processos de intervenção com família quase não aparecem.

Porém, não posso concluir que esse seja o único fator, cabe ser citado como exemplo que na graduação os estudantes são pouco preparados para trabalhar as relações familiares. E, inevitavelmente ao entrarem no mercado de trabalho, enfrentarão as mesmas dificuldades dos profissionais em atividade. Pois, possivelmente terão que trabalhar com demandas familiares, não só pela relação direta da profissão com ela, mas principalmente diante da atualidade do tema, devido a Política Nacional de Assistência Social e os diversos programas e projetos governamentais que dão centralidade à família. Que exigiram, desses novos profissionais, competências teóricas e práticas que não adquiriram e que terão dificuldade em adquirir se dependerem das publicações disponíveis sobre o tema.



## BIBLIOGRAFIA.

AGENDE AÇÕES EM GÊNERO CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO. O Brasil para todas e todos: propostas Agende para o Plano Plurianual 2004-2007: crescimento sustentável, emprego e inclusão social. **Cadernos Agende**; v.4, Brasília, 2003.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 2ªed

BANDEIRA, Lourdes. A Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília: **CEPAL, SPM**, 2005.

BANDÃO, Rita de Cássia Camargo. **O Serviço Social no Brasil: A reinstrumentalização necessária**. Tese – Doutorado. Franca: UNESP, 2006. Disponível em: [www.franca.unesp.br/rita.pdf](http://www.franca.unesp.br/rita.pdf)

BILAC, Elisabete Dória. **“Família: algumas inquietações”**. In: A Família Contemporânea em Debate. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 6, n. 1, 1979.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **“O lugar da família na política social”**. In: A Família Contemporânea em Debate. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CARVALHO, Inaiá. M. M de, e ALMEIDA, Paulo H. Família e Proteção Social. **São Paulo em Perspectiva**. 17(2): 109-122, 2003.

CARLOTO, Maria Cássia. A Chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Texto e Contexto**. nº4, Dez 2005. [www.pucr.org.br](http://www.pucr.org.br) .Acessado em 22/09/2007

\_\_\_\_\_ O Conceito de Gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Revista Virtual Texto e Contexto**. nº2, Jan 2001. [www.pucr.org.br](http://www.pucr.org.br) Acessado em 22/06/2006

CENTA Maria de Lourdes e ELSÉN, Ingrid. Reflexões sobre a evolução histórica da família. **Família, Saúde e Desenvolvimento**. Curitiba, v.1, n.1/2, p.15-20, 1999.

COHN, Amélia. Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil. In: **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.

COHN, Amélia. As políticas sociais no Governo FHC. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v.11, n.2, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social e Lei 8662/93 de regulamentação da profissão**. 3ª ed. Brasília, 1997.

COSTA, Antonio C. G da. **A família como questão social no Brasil**. In: Família brasileira a base de tudo. (Org) KALOUSTIAN, Silvio Manoug. 4ªed. São Paulo: Cortez; Brasília, UNICEF, 2000.

DINIZ, Gláucia R. S. Gênero, casamento e família: interações entre novos modelos e papéis. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 07**. Editora Mulheres, Florianópolis 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Revista Estudos Feministas**. vol.12 no.1 Florianópolis. 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. In: Capacitação em Serviço Social e política social. **Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais**. Brasília: CEAD, UnB, 2000.

FONSECA, Ana M<sup>a</sup>. Família e política de Renda Mínima. São Paulo: Cortez, 2001.

FUKUI, Lia. **Família: conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas**. In: Famílias: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Orgs. Luiz A. Palma e Silva, Silvia Andrade Stanisci, Sinesio Bacchetto, MPAS/SAS, São Paulo: FUNDAP, 1998.

GOLDANI, A. M. “Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção”. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Vol.19, 2002. São Paulo.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 71, 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14<sup>o</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LEI 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

LEI 8742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social

LEI 8842/1994 – Política Nacional do Idoso.

LEI 10836/2004 – Institue o Programa Bolsa Família.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. A repersonalização das relações de família. **Revista Jus Navigandi**, 2004. Disponível em: [www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br)

MATTOSINHOS, Marcia Chamarelli Pessanha. **A Nova Dinâmica Familiar: Características dos Arranjos Unipessoais no Brasil**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE. 2006.

MEDEIROS, Marcelo C. Souza **Novas políticas, novas famílias: precisamos saber mais sobre ambas. Como vai? População Brasileira**. IPEA, Brasília, ano V, n. 2, set. 2000.

\_\_\_\_\_. MEDEIROS, Marcelo, OSÓRIO, Rafael Guerreiro, VARELLA, Santiago. **Um Levantamento de Informações Sobre as Famílias nas PNADs de**

1992 a 1999. Texto Para Discussão N°860, IPEA, Brasília, 2002. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acessado em 21/08/2007.

MEDEIROS, Maria das Graças Lucena de. Novos Arranjos Familiares: inquietações sociológicas e dificuldades jurídicas. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Minas Gerais, Brasil, 2002.**

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001, 18ª ed.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL/SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (MDS/SNAS) – Política Nacional de Assistência Social, 2004.

\_\_\_\_\_. Orientações técnicas para os CRAS. Brasília, 2006.

MIOTO, Regina C. Tamaso. Família e Serviço Social contribuições para o debate. **Revista de Serviço Social e Sociedade**, nº55, ano XVIII. Rio de Janeiro, UERJ, 1997.

\_\_\_\_\_. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: **Política social, família e juventude: uma questão de direito.** Sales, Matos & Leal (orgs.). São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 3, dez. 2004.

MONNERAT, Giselle Lavinias, SENNA, Mônica de C.M, SOUZA, Rosimary G de. **Entre a formulação e a implantação: uma análise do Programa Saúde da Família.** In: BRAVO. Maria Inês Souza...[et al.organizadoras]. Saúde e Serviço Social. Editora Cortez, 2º ed. São Paulo, 2006.

MORGADO, Rosana. Família(s): Permanências e mudanças. Os lugares sociais de mulheres e homens. In: **Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.** Coimbra, 2004.

NEDER, Gizlene. **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil.** In: Família brasileira a base de tudo. (Org) KALOUSTIAN, Silvio Manoug. 4ªed. São Paulo: Cortez; Brasília, UNICEF, 2000.

NETTO, José. Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea.** In: Capacitação em Serviço Social e política social Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, UnB, 1999.

PEREIRA, Potyara. A. P. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. In: **Serviço Social e Sociedade** . São Paulo, n. 48, 1995.

PORRECA, Wladimir e FILHO, José Mário. Panorama Histórico das transformações na dinâmica familiar na sociedade brasileira. **Serviço Social e Realidade.** Franca, v23, 2005.

POSTER, Mark. Teoria Crítica da Família. Rio de Janeiro: Ed.Zahar, 1979.

QUINTEIRO, Maria da Graça. Proposta para uma Nova “Igualdade” de Gênero na Família. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, Minas Gerais, 2002.

KALOUSTIAN & FERRARI. **Introdução**. In: Família brasileira a base de tudo. (Org). São Paulo: Cortez; Brasília, UNICEF, 2000. 4º Edição.

RAICHELLIS, Raquel. O Serviço Social no Brasil. Disponível no sítio: [www.cfess.org.br/pdf/raquel\\_agenda2006.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/raquel_agenda2006.pdf).

RICHMOND, Mary Ellen. Caso Social Individual. Ministério de Assistência Social y Salud Pública, Buenos Aires, 1962.(título original “What is Social Case Work”, New York, 1922.)

ROSA, Elizabete T.S. A centralidade da família na política de assistência social. Congresso Internacional de Pedagogia Social. 2006. Disponível: [www.scielo.com](http://www.scielo.com)

SAMARA, Eni Mesquita. Família Brasileira. **Série tudo é história**. São Paulo, Brasiliense. 1987.

SARTI, Cynthia A. **Famílias enredadas**. In: Famílias: redes, laços e políticas públicas. ACOSTA & VITALER (orgs.). São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais-PUC/SP, 2º ed. 2005.

\_\_\_\_\_ **A família como ordem simbólica**. Revista de Psicologia. USP. v.15 n.3, São Paulo 2004. Disponível: [www.scielo.com](http://www.scielo.com).

SILVA, Lídia Mª Monteiro R. da. Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia. São Paulo: Cortez, 1982.

SERAPIONI, Mauro. O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais. **Revista de Ciências Saúde Coletiva** vol.10, Rio de Janeiro 2005.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral e OLIVEVIRA, Raquel Gusmão. **Funções e Transformações da Família ao longo da História**. I Encontro Paranaense de psicopedagogia – ABPppr – nov./2003.

YASBEK, Maria Carmelita. Yasbek. O Sistema Único de Assistência Social e a Política de Assistência Social no governo Lula. **Caderno Especial N° 5**, 2004. Disponível em: [www.assistentesocial.com.br](http://www.assistentesocial.com.br)

VIEIRA, Balbina Ottoni. História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria. Editora Agir, 3º Ed. Rio de Janeiro, 1980.

VITALE, Maria Amália Faller. Famílias Monoparentais: indagações. Serviço Social e Sociedade, N°. 71, Cortez, 2002.